

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF PIERRE RODRIGUES DE FREITAS

**O EXÉRCITO BRASILEIRO E O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE: UM ESTUDO
SOBRE O BATALHÃO SUEZ NA GUERRA DOS SEIS DIAS**

Rio de Janeiro

2021

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF PIERRE RODRIGUES DE FREITAS

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares.

**Orientador: Maj Inf BRUNO GONÇALVES
DA SILVA**

Rio de Janeiro

2021

Cap Inf PIERRE RODRIGUES DE FREITAS

**O EXÉRCITO BRASILEIRO E O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE: UM ESTUDO
SOBRE O BATALHÃO SUEZ NA GUERRA DOS SEIS DIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Aperfeiçoamento
de Oficiais, como requisito para a
especialização em Ciências Militares.

APROVADO EM _____ / _____ / _____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

ROBERTO NUNES RIBEIRO FILHO - Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente da Comissão

BRUNO GONÇALVES DA SILVA- Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

RAFAEL LOPES BRANDÃO - Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

À minha esposa pelo suporte e dedicação despendido neste momento ímpar das nossas vidas, aos meus pais por todo aprendizado e esforço para a minha formação e à Deus por todas as oportunidades que surgiram na minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ser meu exemplo e mostrar que a educação e o conhecimento são nossos bens mais preciosos.

À minha esposa, por ter caminhado ao meu lado durante esta jornada.

Para que algo seja feito é preciso ter a oportunidade para fazê-lo. Portanto, agradeço ao meu orientador Maj Bruno Silva, pelo incentivo e confiança.

Ao Sr. Sérgio, pelo importante auxílio e empenho durante todo o processo, sempre disposto a contribuir e a transmitir suas vivências e lembranças.

Agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para este trabalho.

RESUMO

O confronto cultural e territorial entre os países integrantes da Liga Árabe com o novo Estado criado, Israel, fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU), implantasse na fronteira entre o Egito e Israel, uma missão de paz, com finalidade de observar e garantir que não houvesse um confronto. Para isso, junto com outros países, o Brasil, através do Exército Brasileiro, preparou e enviou tropas para esta região conflitante, surgindo o Batalhão Suez. Este durante aproximadamente dez anos, conseguiu “assegurar” a paz. Contudo, ao final do acordo de não violência, Israel realizou um ataque se utilizando do fator surpresa, destruindo diversos pontos estratégicos das Forças Armadas do Egito, iniciando a Guerra dos Seis Dias. Com isso, o Batalhão Suez, que também sofreu com a presteza do ataque israelense, passou a atuar em diversas frentes. Porém, percebe-se que há pouca literatura sobre a participação deste contingente brasileiro nesta missão de paz. Com isso, este trabalho tem como objetivo principal discutir sobre a participação desse contingente brasileiro que compôs o Batalhão Suez, durante a Guerra dos Seis Dias. A metodologia utilizada foi um estudo descritivo, através de revisões bibliográficas.

Palavras-chave: Liga Árabe. ONU. Missão de Paz. Exército Brasileiro. Batalhão Suez. Guerra dos Seis Dias.

RESUMEN

El confronto cultural y territorial entre los países integrantes de la Liga Árabe con el nuevo Estado criado, Israel, hizo con que la Organización de las Naciones Unidas (ONU), implantase en la frontera entre Egipto y Israel, una misión de paz, con el objetivo de observar y garantizar que no hubiese un confronto entre aquellos. Para eso, junto con otros países, Brasil, através del Ejército Brasileño, preparó y envió tropas para esta región conflictante, surgiendo el Batallón Suez. Este por cerca de 10 (diez) años, consiguió “segurar” la paz. Con todo, al final del acuerdo de no violencia, Israel empezó un ataque, utilizándose del factor sorpresa, destruyendo diversos puntos estratégicos de las Fuerzas Armadas de Egipto, empezando la Guerra de los Seis Días. Con eso, el Batallón Suez, que también sufrió con la presteza del ataque israelense, pasó actuar en varias frentes. Aquí, percíbese que había pocas literaturas acerca de la participación de este contingente brasileño en esta misión de paz. Por lo tanto, este trabajo tiene por objetivo principal discutir acerca de la participación del último contingente brasileño que se integraba el Batallón Suez, durante la Guerra de los Seis Días. La metodología utilizada será un estudio descriptivo, través de revisiones bibliográficas.

Palabras-clave: Liga Árabe. ONU. Misión de Paz. Ejército Brasileño. Batallón Suez. Guerra de los Seis Días.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO	13
1.4 METODOLOGIA	13
1.4.1 Objeto Formal de Estudo	13
1.4.2 Amostra	14
1.4.3 Delineamento da pesquisa	14
1.4.4 Procedimento para revisão da literatura	14
1.4.5 Procedimentos metodológicos	15
1.4.6 Instrumentos	16
1.4.7 Análise de dados	16
1.5 JUSTIFICATIVAS	16
2 RERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E OS TIPOS DE MISSÃO DE PAZ SOB SUA TUTELA	18
2.1.1 Diplomacia preventiva e mediação (peacemaking)	18
2.1.2 Manutenção da paz (peacekeeping)	19
2.1.3 Manutenção robusta da paz (robust peacekeeping), a imposição da paz (peaceenforcement)	20
2.1.4 Consolidação da paz (peacebuilding)	21
2.1.5 Demais atividade para garantia e manutenção da paz	22
2.2 O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE	22
2.2.1 A influência da 1ª e 2ª Guerras Mundiais no conflito Árabe-israelense	23
2.2.2 Principais conflitos Árabes-israelenses entre os anos de 1948 e 1967	26
2.2.2.1 Primeira Guerra Árabe-Israelense	26
2.2.2.2 Segunda Guerra Árabe-Israelense	28
2.2.2.3 Guerra dos Seis Dias	31
2.3 PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NOS CONFLITOS ÁRABES-ISRAELENSES	35

2.3.1 UNEF I	35
2.3.2 Organização e preparo	37
2.3.3 Uniformes, viaturas e armamentos	39
2.3.4 Da guerra ao retorno ao Brasil	41
3 ANÁLISE DE RESULTADOS	46
3.1 ENTREVISTA	46
3.1.1 Processo de seleção, preparação para a missão e deslocamento até o Egito	46
3.1.2 Chegada ao Egito, a missão propriamente dita, abordando percepções sobre o conflito e fatos que ocorreram durante a guerra	48
3.1.3 Retirada da tropa brasileira e retorno ao Brasil	51
3.2 DOCUMENTAÇÃO	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
APÊNDICE A	64
APÊNDICE B	65

1. INTRODUÇÃO

Após a 2ª Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja finalidade seria “manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz” (ONU, 1945). A intenção de sua criação, era que com um forte e coeso órgão mundial, seria possível auxiliar países devastados por conflitos através de missões, reconhecidas como "Missões de Paz".

Para que ocorra uma Missão de Paz são necessários três princípios básicos: consentimento entre as partes, imparcialidade e o não-uso da força, exceto em autodefesa ou em defesa do mandato e legítima defesa (NUNES, 2016). O consenso ocorre quando as partes envolvidas em um conflito concordam com a operação. Para obter esse acordo, a ONU consulta os Estados e os grupos armados não-estatais. O conceito da imparcialidade existe para que suas tropas não interfiram no conflito, apenas assim elas poderão auxiliar na manutenção da paz. Para isso, estabelece-se o não-uso da força, exceto nos casos de legítima defesa (NUNES, 2016).

Em 1948, segundo SAVIAN e LACERDA (2009), após a legitimação e reconhecimento, por parte da ONU, do Estado de Israel, os conflitos entre Israel, Palestina e demais nações árabes se intensificaram. Já no primeiro ano do reconhecimento do Estado de Israel, ocorreu a primeira guerra árabe-israelense (Guerra da Independência do Estado de Israel, 1948-1949), a qual surgiu como forma de retaliação à criação do Estado de Israel, das nações árabes. Contudo, ao final do conflito, Israel obteve mais território do que tinha anteriormente.

SAVIAN e LACERDA (2009), apontam ainda que, em 1956, ocorreu a segunda guerra árabe-israelense, com a intenção de nacionalizar o Canal de Suez - principal eixo de transporte de petróleo do mundo. O principal entusiasta do conflito foi o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Nesse momento, a França e a Grã-Bretanha realizavam operações militares com apoio de Israel na região. Então, a ONU solicitou que esses países se retirassem pacificamente da região, devido ao temor de ações radicais dos nacionalistas pan-árabe. Concomitantemente, a ONU enviou a I Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), para solucionar a crise do Canal de Suez.

O canal foi reaberto em 1957, mas os desentendimentos entre as nações não

cessaram. Nos anos seguintes, o nacionalismo árabe cresceu, incentivado pelo presidente do Egito, Abdel Nasser, que mais tarde se tornou presidente da República Árabe Unida (RAU), sendo apoiado por outros chefes de Estado (ZANATTA, 2012).

Em 1964, após a Segunda Conferência do Cairo, os Estados Árabes declararam oficialmente a intenção de destruir totalmente o Estado de Israel, fato que gerou maior instabilidade na região do Oriente Médio (ZANATTA, 2012).

Infelizmente, a Missão foi encerrada alguns dias antes do previsto. Entre os dias 05 e 10 de junho de 1967, houve a eclosão da Guerra dos Seis Dias, ou Terceira Guerra árabe-israelense. De acordo com BRENER (1993) e LEITE (2007), Nasser não queria o combate, suas reais intenções era pressionar Israel a fazer concessões.

Em seguida, Israel, que estava apreensiva com o fato do Egito ter realizado uma concentração de tropas militares no Sinai, iniciou um ataque por ordem de Levi Eshkol¹ (SCALERCIO, 2003). Israel destruiu aeronaves em bases aéreas egípcias, ocupou as fronteiras da Península do Sinai, paraquedistas conquistaram a cidade velha de Jerusalém e avançaram no território, conquistando o estreito de Tiran, Rumani (próximo ao Canal do Suez) e chegaram a Cisjordânia (FERNANDES, 2020).

A primeira experiência histórica do Exército Brasileiro em missão de paz sob a égide da ONU, com tropa constituída, foi o envio do "Batalhão Suez". Segundo nota do Exército Brasileiro², em 1957, foi deslocado ao Egito um Batalhão de Infantaria de aproximadamente 600 homens para integrar a UNEF I. O objetivo principal da Missão era proteger e supervisionar a cessação das hostilidades e servir como um amortecedor entre forças egípcias e israelenses. Durante a missão, que perdurou por dez anos (1957 a 1967), o Brasil contribuiu com efetivo de aproximadamente 6.300 homens. O regresso ao Brasil ocorreu em 13 de junho de 1967 (SAVIAN, 2009).

1.1 PROBLEMA

Os conflitos entre o Estado de Israel e os Estados árabes, de 1957 a 1967,

¹ Levi Eshkol, era o Primeiro-ministro de Israel de 1963 até a sua morte. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Levi-Eshkol>. Acesso: 20 jan. 2021. Tradução nossa.

² Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unef-i>. Acesso em: 03 dez 2020.

tiveram a pronta atuação da ONU, com o estabelecimento da UNEF I. Contudo, há mais relatos e informações sobre a participação da UNEF I, nos anos de 1957, durante a Segunda Guerra árabe-israelense do que no ano de 1967.

Apesar da Guerra dos Seis Dias ter durado de 05 a 10 de junho de 1967, as tropas brasileiras permaneceram na região até 13 de junho de 1967, até regressarem ao Brasil.

A partir disso, surgem as seguintes problematizações: **O que ocorreu com as tropas brasileiras durante esse período? Qual foi a importância da UNEF I para as futuras operações de paz da ONU?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar uma revisão histórica sobre a participação do Brasil como Força de Emergência das Nações Unidas no conflito entre Israel e Egito, o qual ocasionou a Guerra dos Seis Dias.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de auxiliar a realização do objetivo geral de estudo, foram formulados objetivos específicos, de forma a encadear logicamente o raciocínio descritivo apresentado neste estudo.

- a. Identificar os antecedentes das relações entre os países árabes e Israel;

- b. Descrever fatores desencadeantes dos conflitos entre o Estado de Israel e os Estados Árabes, na região do Oriente Médio, que vieram a incitar a Guerra dos seis dias;
- c. Identificar as Tropas que participaram da UNEF I;
- d. Descrever como se deu a participação de tropas brasileiras na UNEF I;
- e. Rememorar e valorizar a história do Batalhão Suez, que foram outorgados com o prêmio Nobel da Paz.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Considerando que a missão de Paz, UNEF I, não previa a utilização da força para frear um possível conflito entre Israel e Egito, como foi a preparação das tropas brasileiras? Qual foi o objetivo desta missão de paz?

Em análise à cronologia dos fatos, as tropas brasileiras permaneceram no local durante alguns dias até regressarem ao país. Deste modo, como se deu a saída da área de conflito?

1.4 METODOLOGIA

1.4.1 Objeto Formal de Estudo

Com o presente trabalho, pretendeu-se realizar um estudo histórico sobre a participação do último contingente brasileiro que integrou a Força de Emergência das Nações Unidas – UNEF I, no conflito entre Israel e Egito, especificamente no período de 1967, durante a Guerra dos Seis Dias.

1.4.2 Amostra

Foi realizada uma revisão da literatura com materiais diversificados (obras literárias, artigos científicos e publicações da mídia), a fim de obter maior amplitude sobre o referido tema. Essa revisão será complementada com uma entrevista, com integrantes da Associação do Batalhão Suez que participaram da UNEF I como membros do Batalhão Suez, durante a Guerra dos Seis Dias.

Vale ressaltar, que este trabalho de conclusão de curso encontra-se de acordo com a Resolução 466/12, seguindo os princípios éticos da Declaração de Helsinque: não maleficência, beneficência e autonomia. A entrevista ocorrerá após concordância do participante com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

1.4.3 Delineamento da pesquisa

Para esta pesquisa qualitativa, foi feita uma busca de fontes de literatura em conjunto com entrevistas com alguns ex-militares que participaram da Guerra dos Seis Dias, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre a participação brasileira nesse conflito.

A entrevista ocorreu de forma remota e semiestruturada, com o objetivo de obter maior variação dos aspectos envolvidos.

1.4.4 Procedimentos para revisão da literatura

A revisão de literatura foi realizada através de obras literárias, artigos científicos e publicações da mídia. Não será estabelecido limite de data ou de idioma. As obras literárias foram selecionadas através da indicação de integrantes da Associação do

Batalhão Suez, para garantir maior veracidade entre a descrição e os acontecimentos da época vivenciada por eles.

Os critérios para a inclusão das publicações da mídia nesse estudo também respeitaram as indicações dos ex-militares e foram complementadas com materiais técnicos (históricos, geográficos e geopolíticos).

Os artigos científicos incluídos, foram selecionados através de base de dados acadêmicas com o seguinte filtro: [("Suez battalion" OR "six day war") AND ("brazilian army" OR "brazilian military" OR "Brazil")].

1.4.5 Procedimentos Metodológicos

Primeiramente, foi realizado contato o presidente da Associação do Batalhão Suez do Rio Grande do Sul, Sr. Sérgio Luiz Dias, por meio telefônico, para explicar sobre o estudo e convidá-los a participar, seja por meio de indicações de materiais ou de realização das entrevistas.

Para a entrevista, foram incluídos os ex-militares que estiveram presentes no território durante a Guerra dos Seis Dias e que consentiram com o TCLE.

Após, foi agendada um dia e horário para a entrevista que foi realizada por Whatsapp ou Google Meet, conforme a preferência do participante, podendo optar por ligação de áudio ou de vídeo.

A entrevista foi semiestruturada (Apêndice B) e não terá limite de tempo, para que o participante discorresse livremente sobre os aspectos relacionados que assim desejar.

Durante a entrevista, foram realizadas algumas anotações para posterior elaboração do trabalho científico.

Não foram incluídos integrantes da Associação do Batalhão Suez que não estiveram presentes no período da Guerra dos Seis Dias.

1.4.6 Instrumentos

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A), conforme estabelecido em Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.

- Entrevista semiestruturada e de forma remota para relato das experiências vivenciadas durante a Missão de Paz ocorrida no período da Guerra dos Seis Dias.

1.4.7 Análise dos Dados

Os dados coletados através da revisão de literatura e da entrevista, foram divididos em grupos, de acordo com o conteúdo das informações: questões relacionadas à cultura, religião e ao território conflitante; antecedentes da Guerra dos Seis Dias; Missão de Paz UNEF I; Guerra dos Seis Dias, propriamente dita; desmobilização das tropas brasileiras e a chegada ao Brasil.

Depois, foram avaliadas a concordância das informações em cada grupo de temas, para garantir maior coerência dos fatos relatados.

Os dados foram apresentados em forma de texto, com as informações mais relevantes. Algumas imagens puderam ser adicionadas, após autorização de uso das mesmas.

1.5 JUSTIFICATIVAS

Há escassos estudos brasileiros sobre a missão intitulada de UNEF I e muito pouco se conhece acerca da participação de tropas do Exército Brasileiro nesse combate.

Além disso, existem poucos militares brasileiros vivos que participaram de

conflitos armados internacionais. Até o momento, existem, na literatura acadêmica, poucos trabalhos sobre o Batalhão Suez. Dessa forma, esse projeto também se presta a valorizar a história de nossa Instituição e dos Boínas Azuis Brasileiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E OS TIPOS DE MISSÃO DE PAZ SOB SUA TUTELA

A ONU, criada no período pós-segunda guerra mundial, entrando em vigor em 24 de outubro de 1945, é um organismo internacional que reúne países para promover a paz, a cooperação e o desenvolvimento mundial, com base nos princípios da justiça³.

Atualmente, é composta por 193 Estados-Membros, que para promover a paz atua através das seguintes operações: a diplomacia preventiva e mediação (peacemaking), a manutenção da paz (peacekeeping), a manutenção robusta da paz (robust peacekeeping), a imposição da paz (peaceenforcement) e a consolidação da paz (peacebuilding). (ONU, 2008, p. 6, tradução nossa).

Corroborando com exposto, as Nações Unidas, atualmente aponta como meio de manter a paz e a segurança internacional 5 maneiras: diplomacia preventiva e mediação, a manutenção da paz, a construção da paz, o combate ao terrorismo e o desarmamento.⁴

2.1.1 Diplomacia preventiva e mediação (*Peacemaking*)

Acerca da diplomacia preventiva e mediação, busca prevenir os conflitos, sem que haja o sofrimento humano e os altos custos econômicos gerados pelos conflitos.

A maneira mais eficaz de diminuir o sofrimento humano e os enormes custos econômicos dos conflitos e de suas consequências é prevenir os

³ Disponível em <https://unric.org/pt/historia-da-onu/ONU>, acessado em 10 de maio de 2021.

⁴ Disponível em <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>, acessado em 10 de maio de 2021.

conflitos em primeiro lugar. As Nações Unidas desempenham um papel importante na prevenção de conflitos, usando diplomacia, bons ofícios e mediação. Entre as ferramentas que a Organização usa para trazer a paz estão: enviados especiais e missões políticas no campo. (Disponível em <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>, acessado em 10 de maio de 2021.)

Ainda sobre o tema, Faganello (2013, p.44), aponta o *peacemaking* como um instrumento para solucionar conflitos que já estão em andamento, utilizando ações diplomáticas. Ainda descreve que “*Seu objetivo é trazer as partes hostis a uma composição que resulte num acordo de paz ou num cessar-fogo*”. Ressalta, ainda, que, segundo o capítulo VI da Carta da ONU⁵, as Nações Unidas poderão dispor de meios para se ter uma solução pacífica.

2.1.2 Manutenção da paz (Peacekeeping)

As Nações Unidas elencam a operação de manutenção da paz, como uma das ferramentas mais eficazes para ajudar países em conflitos a chegarem à paz. Cujo os objetivos são:

“(...)não apenas para manter a paz, mas também para facilitar processos políticos, proteger civis, ajudar no desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, apoiar os processos constitucionais e a organização de eleições, proteger e promover os direitos humanos e ajudar a restaurar o estado de direito e a alargar a autoridade legítima do Estado.” (Disponível em <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>, acessado em 10 de maio de 2021.)

FONTOURA (2005, p. 34), conceitua as atividades de peacekeeping como um instrumento da paz que possui o consentimento dos Estados conflitantes, por militares, policiais e civis, “*com o intuito de monitorar ou implementar a execução de arranjos relativos aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução*

⁵ Capítulo VI - Solução Pacífica de Controvérsias, Artigo 33, (1): “As partes em uma controvérsia que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacional procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.” (Carta das Nações Unidas, 1945)

pacífica e duradoura para o conflito.”

Atualmente, 12 operações de manutenção da paz da ONU estão em exercício, sendo que desde 1948, já foram realizadas 71 operações deste tipo.⁶

2.1.3 Manutenção Robusta da Paz (Robust Peacekeeping), a imposição da paz (Peace enforcement)

No que tange as operações de imposição da paz, FAGANELLO (2013) aborda que o peace enforcement é utilizado, com a autorização do Conselho de Segurança, contudo sem a necessidade da anuência do Estado que irá sofrer a intervenção, podendo aplicar medidas coercitivas, como o uso da força militar. E continua:

Tais medidas buscam restabelecer a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o órgão concluiu haver ameaça à paz, ruptura da paz ou atos de agressão. Em seu distinto documento Agenda para Paz, Boutros-Gahli, defende a natureza de instrumento de paz do peace enforcement ao afirmar que, no caso de iniciativas pacíficas não lograrem êxito, as medidas dispostas no capítulo VII devem ser usadas depois de autorizadas pelo Conselho de Segurança, a fim de que se mantenha a paz e a segurança internacionais frente a ameaças e rupturas da paz e atos de agressão. Peace enforcement, portanto, tem a ver com as atividades previstas no capítulo VII da Carta da ONU que permitem ao Conselho de Segurança determinar quais atos constituem ameaça ou ruptura da paz e da segurança internacionais e aplicar medidas de enforcement a fim de reprimi-los. Estas se revestem tanto da forma de sanções econômicas, políticas e diplomáticas quanto da forma de ações militares. (FAGANELLO, 2013, p.35)

Ademais, cabe salientar que há uma similaridade entre a manutenção robusta da paz e a imposição da paz, contudo como explica BENZECRY (2019, p. 39), há pequenas diferenças:

(...)a imposição da paz implica no uso da Força a nível estratégico e sem o consentimento das partes em conflito, enquanto que a

⁶ Disponível em <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>, acessado em 10 de maio de 2021.

manutenção da paz robusta supõe o uso da força a nível tático e exige, obrigatoriamente, que haja o consentimento do país anfitrião para que haja o uso da força a esse nível.

2.1.4 Consolidação da paz (*Peacebuilding*)

Segundo a ONU, as operações de consolidação da paz, tem por finalidade prestar assistência aos países que estavam em conflitos, de maneira a minorar as possibilidades de retorno à situação conflitante e reconstruir novamente o país, de maneira que ele consiga se autoprover. E continua:

A arquitetura de construção da paz da ONU compreende a Comissão de Construção da Paz, o Fundo de Construção da Paz e o Escritório de Apoio à Construção da Paz. O Gabinete de Apoio à Construção da Paz auxilia e apóia a Comissão de Construção da Paz com conselhos estratégicos e orientação política, administra o Fundo de Construção da Paz e serve o Secretário-Geral na coordenação das agências das Nações Unidas em seus esforços de construção da paz.” (Disponível em <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>, acessado em 10 de maio de 2021.)

Segundo FAGANELLO (2013, p.44, *apud* DIEHL, 2010, p. 10) “*O momento adequado para o desdobramento do peacebuilding é o que sucede ao peacekeeping, isto é, o momento em que a paz tornou-se uma realidade (pós-conflito) no contexto intraestatal.*”

Destarte, ainda segundo FAGANELLO (2013, p.44, CARVALHO FILHO, 2008, p. 2 e UNITED NATIONS, 2008a. p.25):

A experiência mostrou que, para se alcançar uma paz autossustentável e duradoura, quatro tarefas devem ser desempenhadas, quais sejam: restabelecer a habilidade do Estado em manter a ordem pública e a segurança; fortalecer o rule of law (Estado de Direito) e o respeito aos direitos humanos; apoiar a reestruturação de instituições políticas legítimas e um processo participativo que envolva toda a população; e promover a recuperação econômica e social, incluindo o retorno de refugiados e deslocados internos.

2.1.5 Demais atividades para garantia e manutenção da paz

Além das supramencionadas, a ONU elenca, ainda, como atividades para garantia e manutenção da paz o combate ao terrorismo e o desarmamento, como demonstrado abaixo:

As Nações Unidas são cada vez mais chamadas a coordenar a luta global contra o terrorismo. Dezoito instrumentos universais contra o terrorismo internacional foram elaborados no âmbito do sistema das Nações Unidas relativos a atividades terroristas específicas. Em setembro de 2006, os Estados-Membros da ONU adotaram a Estratégia Global contra o Terrorismo das Nações Unidas. Esta foi a primeira vez que os Estados-Membros concordaram com um quadro estratégico e operacional comum contra o terrorismo. Assembleia Geral e outros órgãos das Nações Unidas, apoiadas pelo Escritório para Assuntos de desarmamento, trabalham para promover a paz e a segurança internacionais por meio da busca pela eliminação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa e pela regulamentação das armas convencionais. ((Disponível em <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>, acessado em 10 de maio de 2021.)

De modo mais abrangente, entende-se que as operações de paz são um instrumento chancelado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e “utilizado pela comunidade internacional para administrar crises complexas que ameaçam a paz e a segurança internacional”.⁷

2.2 O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE

Segundo SILVA⁸, o surgimento dos entre árabes e israelenses remontam ao surgimento do sionismo, no final do século XIX. “O sionismo teve origem oficialmente

⁷ ONU, 2008, p. 6, tradução nossa

⁸ SILVA, Daniel Neves. "Guerras árabe-israelenses"; *Brasil Escola*. Disponível em: <http://br/guerras/guerras-arabe-israelenses.htm>. Acesso em 20 de junho de 2021.

em 1896, a partir de um livro publicado por um jornalista húngaro, Theodor Herzl⁹. Esse livro intitulado de *O Estado Judeu*, defendia a ideia da criação de um Estado para os judeus.”

Sobre o sionismo, pode-se relatar que:

(...) surgiu no auge dos nacionalismos europeus do final do século XIX e foi uma resposta ao antissemitismo (ódio e aversão aos judeus) que ganhava força na Europa, especialmente no leste europeu. A partir daí, formou-se uma série de organizações sionistas, que passaram a defender politicamente a formação desse Estado judeu, e começou-se a investigar a possibilidade de que esse Estado surgisse na Palestina.(SILVA, Daniel Neves. "Guerras árabe-israelenses"; *Brasil Escola*. Disponível em:<http://br/guerras/guerras-arabe-israelenses.htm>. Acesso em 20 de junho de 2021.)

Corroborando com o supracitado, a Confederação Israelita do Brasil aborda que em 1987, a organização política do sionismo, foi alavancada pela realização do primeiro Congresso Sionista Mundial na Basileia, Suíça, o qual fora inspirado em Theodor Herzl. Ademais, relata que:

Na medida em que o sionismo se consolidava na Europa, começaram a ser organizadas ondas imigratórias de judeus que desejavam escapar da miséria e das perseguições e construir novas vidas na terra de seus antepassados. No total, foram cinco grandes ondas, chamadas de Aliot (plural de Aliá, “ascensão”, em hebraico), em pouco mais de cinquenta anos. A primeira ocorreu entre os anos de 1882 e 1903, quando 25 mil judeus desembarcaram na região. A falta de estrutura e de preparo para trabalhar na agricultura levou a maioria desses imigrantes a abandonar a então Palestina, regressando aos seus países de origem ou se mudando para outros países. (Disponível em: <https://www.conib.org.br/glossario/sionismo/>. Acesso em 20 de junho de 2021)

2.2.1 A influência da 1ª e 2ª Guerras Mundiais nos conflitos árabe-israelenses

⁹ Theodor Herzl ou Hertzl (1860 – 1904), Fundador do sionismo político, nasceu em Budapeste, Hungria, em 2 de maio de 1860. Disponível em: <https://www.conib.org.br/glossario/theodor-herzl/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

A partir dos movimentos migratórios sionista, em meados do século 20, que, como supracitado, fugiam da miséria, pobreza e perseguição, para a palestina, para muitos historiadores, fora a origem dos conflitos entre os judeus e os palestinos/árabes. A região da Palestina à época, era dominada pelo Império Otomano e era ocupada em sua maioria por mulçumanos e outras comunidades árabes, que assim como os judeus, consideravam a região sagrada.

Após a desintegração do Império Otomano, na Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido recebeu um mandato da Liga das Nações, órgão internacional antecessor da Organização das Nações Unidas (ONU), para administrar o território da Palestina. Antes e durante a guerra, contudo, os britânicos fizeram, tanto aos árabes quanto aos judeus, uma série de promessas que não se cumpriam - entre outras razões, porque o Reino Unido já havia repartido o Oriente Médio com a França. Isso provocou um clima de tensão entre os dois lados que acabou em confrontos entre grupos paramilitares judeus e árabes (BBC, 2017)

Ainda, sobre o tema:

Com o fim da Primeira Guerra e início do mandato britânico na Palestina, o sionismo ganhou impulso com a Declaração Balfour, em 1917, na qual o governo britânico anunciou que via com bons olhos a criação de um Estado judaico na Palestina. A estrutura burocrática e institucional do movimento sionista se consolidou. (Disponível em: <https://www.conib.org.br/glossario/sionismo/>. Acesso em 20 de junho de 2021)

Ademais, segundo a Confederação Israelita do Brasil (CONIB)¹⁰, entende que a ascensão de Adolf Hitler ao poder fez com que o processo de emigração dos judeus para fora da Alemanha, aumentasse.

De mesmo modo, SILVA aponta que, após a segunda guerra mundial e o Holocausto na Europa, causou aumento migratório para a Palestina. Fazendo com que, segundo Camargo (2013, p.431), “em 1945, os judeus eram 808 mil de 1,97 milhão de habitantes da Palestina.” Nesse momento, SILVA relata que solução da disputa entre árabes e judeus foi entregue à ONU.

A figura abaixo, demonstra como ficou compreendida a formação do território

¹⁰ Disponível em: <https://www.conib.org.br/glossario/sionismo/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

conflitante, na segunda metade do século XX:

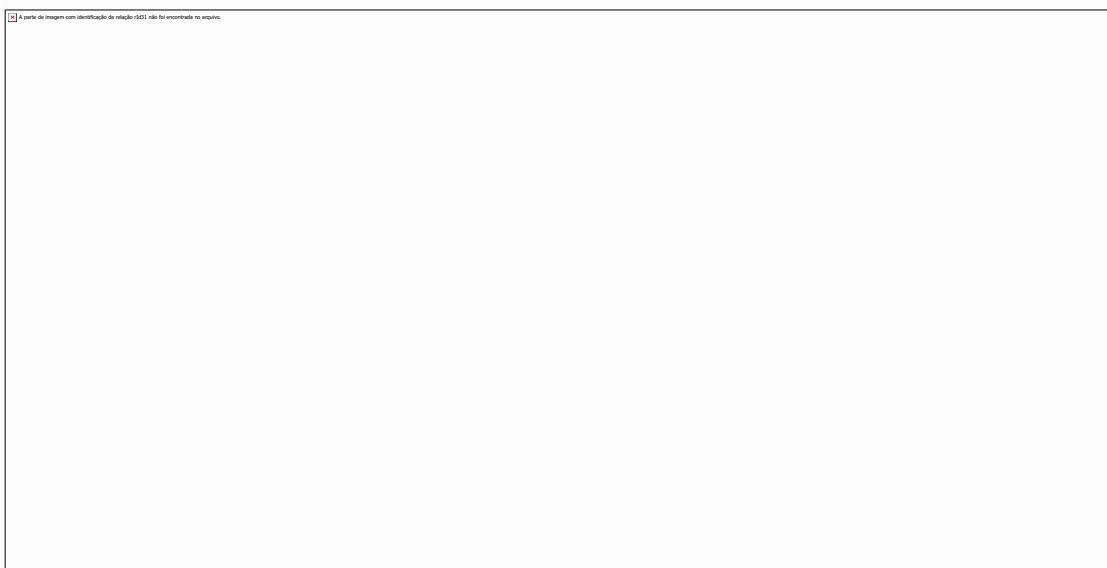


FIGURA 1 – Oriente Médio na segunda metade do século XX.

Fonte: BERGMANN (2009, p. 35)

Conjugado a estes fatos, a CONIB aborda que em 1945, no pós-segunda guerra mundial e a descoberta das perversidades sofridas, o movimento sionista logrou apoio de grande parte da comunidade internacional, tendo alcançado seu auge na votação da Partilha da Palestina e a fundação do Estado de Israel.

Um estudo realizado pela BBC (2017), aponta que após os judeus terem sofrido na Segunda Guerra Mundial com o Holocausto, as pressões para o surgimento de um Estado Judeu, aumentaram significativamente. Após 3 anos da criação da ONU, e o reconhecimento do Estado de Israel, os conflitos entre os países árabes e palestinos com o Estado de Israel se intensificaram.

Segundo SILVA (apud CAMARGO, 2013, p 431), após a entrega à ONU acerca da resolução do caso Palestina, em um Assembleia Geral, foi realizada em 1947, a votação para a criação do Estado de Israel. *“(...) por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções pela criação do Estado de Israel. Além disso, determinou-se que a Palestina seria dividida entre judeus e árabes, ficando 53% do território para os judeus e 45% para os palestinos.”*

Na figura abaixo, observa-se como ocorreu a divisão mencionada acima, inclusive demonstrando que Jerusalém se tornara uma zona internacional, não

pertencendo nem a Israel, nem a Palestina:

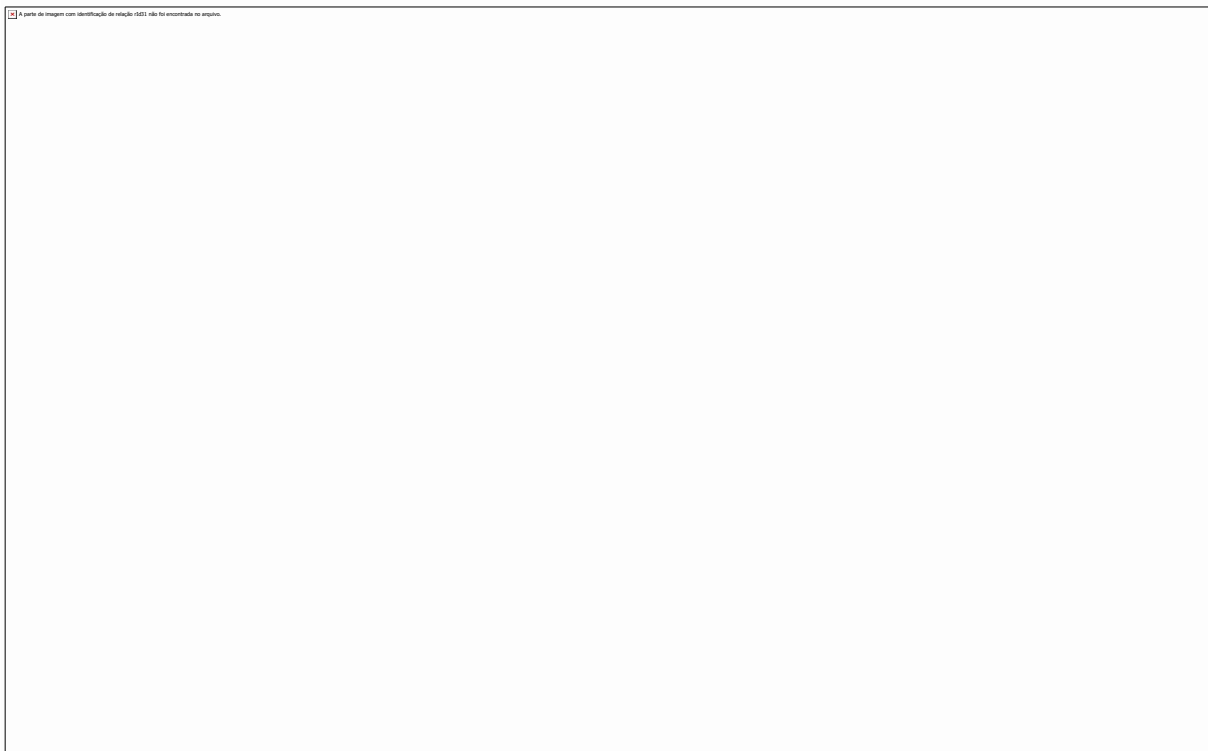


FIGURA 2: A partilha da Palestina (1947)

Fonte: Kinder, H; Hilgemann, W. Atlas histórico mundial – edição nossa

2.2.2 Principais conflitos árabes-israelenses entre os anos de 1948 e 1967

2.2.2.1 Primeira Guerra Árabe-israelense

A primeira guerra entre os árabes e os israelenses, segundo OREN (2004), é conhecida como a guerra de independência de Israel, tendo seu início logo após a criação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, com um ataque oriundo de uma coalizão formada por Iraque, Síria, Palestinos, Líbano, Transjordânia (atual Jordânia) e Egito contra Israel.

OREN (2004), ainda afirma que, as Forças Árabes bloquearam Jerusalém e

iniciaram o ataque, com as Forças Sírias vindo pelo Norte e a Força Iraquiana realizando incursões no centro de Jerusalém. Contudo, mesmo esta coalizão tendo maior poder bélico, realizando ataques aéreos e terrestre, as recém formadas Forças de Defesa de Israel (IDF), mesmo mal equipadas, estavam mais bem treinadas que seus inimigos, saindo-se vitoriosa, após quase um ano de conflito, como percebe-se na passagem: “(...) tropas egípcias foram expulsas das proximidades de Jerusalém e Tel Aviv e de toda Negev, por um pequeno grupo de homens (tradução nossa).”

Segundo OREN (2004), após a assinatura do armistício, em 9 de janeiro de 1949, teve-se fim ao conflito. Contudo, Israel havia capturado 30% mais território do que fora concedido pelas Nações Unidas, passando a dominar mais de 70% do território da Palestina¹¹, como demonstra a figura abaixo:

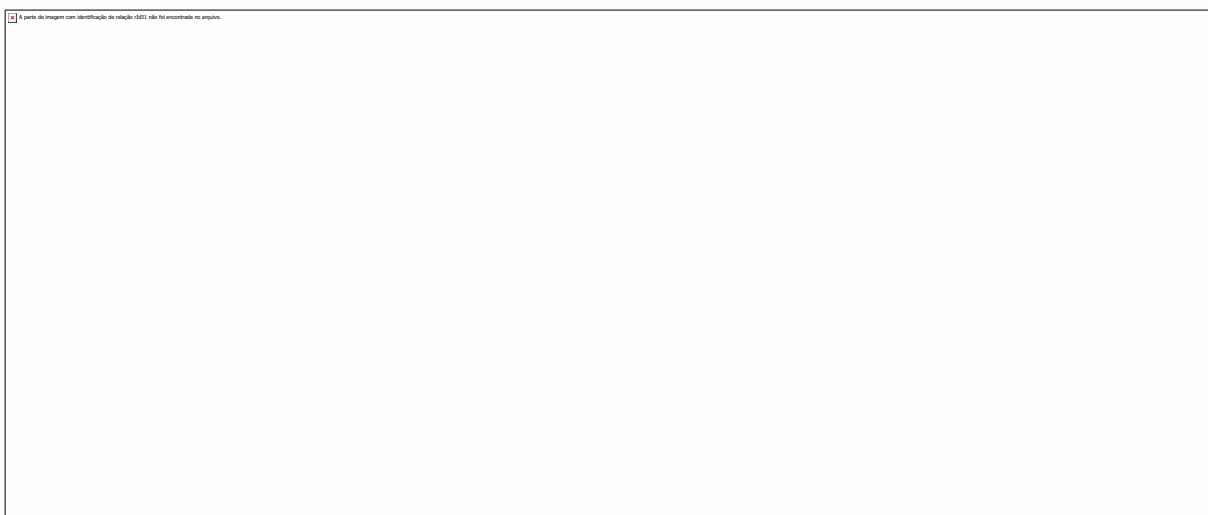


FIGURA 3 – Ganho territorial de Israel, antes e após a 1ª Guerra Árabe-israelense

Fonte: MORENO, 2017.

Como consequência do final desta guerra, Israel obteve, segundo OREN (2004), controle sobre renomeado porto de Eliat, o qual dava acesso, através do Golfo de Aqaba e do Estreito de Tiran, aos mercados da África e da Ásia. Fato este que viria ajudar Israel economicamente, tendo em vista os custos gerados pelo conflito à recém nação formada.

¹¹ CAMARGO, Cláudio, Guerras Árabe-israelenses. In.: MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2013, p. 435

Somado à este fato, MORENO (2017), elenca que Israel obteve um grande auxílio do governo dos Estados Unidos, através de empréstimos que serviram, junto com as compensações alemãs do pós-guerra e da contribuição dos judeus da Diáspora, para *“reconstruir alojamentos, mecanizar a agricultura, montar uma frota mercantil e uma linha aérea nacional, explorar minerais disponíveis e desenvolver as indústrias e ampliar as estradas, telecomunicações e redes elétricas.”*

MORENO (2017), ainda afirma que:

Ao fim da primeira década, o país dobrou a sua produção industrial, assim como o número de pessoas empregadas, com as exportações industriais que quadruplicaram. A vasta expansão da agricultura provocou a auto-suficiência na provisão de produtos básicos, excluindo-se a carne e os grãos, e as áreas de baixo cultivo aumentaram dramaticamente. Uns 50.000 acres (20.000 hectares) de terra estéril foi reflorestada, e foram plantadas árvores ao longo de quase 500 milhas (800 km.) de estrada. O sistema educacional que tinha sido desenvolvido pela comunidade judia no período de pré-estado, tem agora incluído o setor árabe, foi grandemente ampliado. A frequência da escola ficou livre e compulsória para todas as crianças na faixa de 5-14 anos (desde 1978, é obrigatório até os 16 anos e livre após os 18). Atividades culturais e artísticas floresceram e misturam o Oriente Médio, o Norte da África, e elementos Ocidentais, com judeus que chegam de todas as partes do mundo trazendo com eles as tradições, inigualáveis de suas próprias comunidades, como também aspectos culturais que prevalecem nos países onde eles tinham vivido por gerações.

2.2.2.2 Segunda Guerra Árabe-israelense

Após a primeira guerra árabe-israelense, segundo OREN (2004), MORENO (2017) e SILVA, as relações entre os países árabes e Israel continuavam tensas. OREN (2004) e MORENO (2017), ainda afirmam que durante este período de “paz”, os árabes realizaram diversos atentados terroristas, homicídios e sabotagens, contra Israel, violando o cessar fogo, acordado no armistício, iniciando a *“countdown to war”*.

Gamal Abdel Nasser¹², que segundo OREN (2004), possuía um governo

¹² Gamal Abdel Nasser, um oficial do Exército egípcio. Foi Primeiro-Ministro do Egito (1954-1956) e Presidente do Egito (1956-1970). Tornou-se um controverso líder do mundo árabe (John, 2021, tradução nossa)

extremamente nacionalista, recebia armamentos e equipamentos soviéticos, incluindo carros de combates e jatos, através da República Tcheca, passando a possuir mais meios de guerra que todo o Oriente Médio combinado.

A partir disso, OREN (2004), afirma que trouxe de volta o sentimento de unidade e dignidade à população Árabe, especialmente, ao Egito, ascendendo a figura de Nasser como um líder dos países Árabes. Combinado a estes fatores, Nasser nacionalizou, em 1956, o Canal de Suez, o qual possuía uma importância econômica para a região, pois ligava o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Proibiu ainda, sua utilização por parte do Estado de Israel.

Segundo, OREN (2004), a nacionalização do canal de Suez por Nasser, desagradou a Grã-Bretanha, França e Israel, fazendo que com que estes se aliassem e organizassem uma ofensiva ao Egito, com o intuito de conquistar e manter o Canal de Suez e todo o Golfo de Suez. Surgindo, então a intitulada Campanha do Sinai, por MORENO (2017), ou Guerra de Suez, por SILVA.

Contudo, segundo OREN (2004), tais atitudes dos citados países europeus, incomodaram os Estados Unidos, como demonstra o trecho abaixo:

Washington de fato não gostava de Nasser, mas abominava ainda mais o colonialismo europeu. Forte signatário com a França e a Grã-Bretanha da declaração tripartida de 1950 que proíbe qualquer tentativa de alterar as fronteiras do Oriente Médio pela força, os Estados Unidos se recusaram a considerar a nacionalização do canal como uma tentativa, ou a sancionar o uso da força contra o Egito. (Oren, 2004, p. 42, tradução nossa)

Mesmo sabendo disso, segundo OREN (2004) Grã-Betanha, França e Israel, assinaram secretamente um acordo, no qual Israel, fingiria um ataque ao Canal de Suez, dando aos europeus uma desculpa para ocupá-lo, ostensivamente para protegê-lo. Em troca, os israelenses receberiam apoio aéreo e naval enquanto as forças destruíssem o exército do Egito no Sinai e conquistassem o Estreito de Tiran.

Iniciou-se em meados de outubro e novembro de 1956, o conflito, segundo OREN (2004), a qual utilizou-se o lançamento da tropa paraquedista de Israel, na passagem de Mitla, 20 milhas a leste do Canal de Suez, forçando as tropas egípcias à retirada. Sendo mais tarde, consumado pela Operação Mosqueteiro, a qual destruiu aproximadamente, segundo OREN (2004) as forças egípcias e ocupou três-quartos

do Canal de Suez. Com o fim da guerra Israel obteve o total controle do Sinai, Gaza e o Estreito de Tiran, por parte de Israel.

Abaixo pode-se observar como foi planejada, de maneira geral, a Campanha do Sinai (1956), bem como os objetivos traçados por Israel, que viriam a facilitar a conclusão da missão, por parte de Israel:



FIGURA 4 – The Sinai Campaign (1956)

Fonte: IDF, disponível em: <https://embassies.gov.il/MFA/AboutIsrael/Maps/Pages/The-Sinai-Campaign-1956.aspx>. Acesso em 20 de junho 2021

Novamente, segundo OREN (2004) e MORENO (2017), irritou os Estados Unidos e a União Soviética e após uma pressão sofrida por Israel, tendo em vista que a União Soviética havia ameaçado atacá-la e os Estados Unidos expulsá-la da ONU, Israel cedeu e por fases, abandonou a região que fora conquistada.

A partir deste momento, segundo MORENO (2017), as Nações Unidas, decidiram em 1956, ao final da guerra, realizar a sua primeira missão com tropa, intitulada como Força de Emergência da ONU (UNEF), ao longo da fronteira entre Egito-Israel, fazendo com que houvesse a livre navegação no Golfo de Eliat e a abertura do Estreito de Tiran.

ARRAES FILHO (2009), relata que no dia 5 de novembro de 1956, a antiga União Soviética (URSS) ameaçou lançar foguetes, caso o ataque perpetrado pela tríplice aliança continuasse. A partir disto, os Estados Unidos (EUA), aproximou-se da situação belicosa. A ONU, percebendo que o momento era sensível, decidiu intervir, através de uma Resolução que obrigava o fim das hostilidades, inclusive com a retirada das tropas israelenses do solo egípcio. Todos estes fatos fizeram com que se deveria colocar uma tropa como Força de Emergência, o mais breve possível, para garantir o cessar-fogo entre as nações conflitantes.

Cabe salientar, de acordo com ARRAES FILHO (2009), no dia 4 de novembro de 1956, um dia antes das ameaças da antiga União Soviética, os países membros da ONU, já haviam se reunido emergencialmente e já teria sido aprovada a Resolução supramencionada. Desta feita, foi estabelecida uma zona que não estaria sobre o domínio nem de Israel e nem do Egito, a qual seria ocupada pela Força Emergencial das Nações Unidas.

As primeiras Unidades da Força de Emergência das Nações Unidas chegaram ao Egito a 15 de novembro de 1956. Mas somente uma semana depois é que franceses e britânicos deixaram Porto Said, enquanto Israel permaneceu no território invadido até fevereiro de 1957, quando, finalmente, a Força Internacional de Paz iniciou suas ações. No começo, atuou monitorando o conflito e criando a Linha de Demarcação de Armistício (sigla em inglês, ADL), e, aos poucos, “apaziguando” a região, fazendo com que as tropas de Israel retornassem para além da Linha neutra estabelecida. (ARRAES FILHO, 2009, p.47)

2.2.2.3 Guerra dos Seis Dias

Durante quase 11 anos de paz relativa, segundo OREN (2004) e MORENO

(2017), de 1956 a 1967, viu-se a escalada de ações terroristas árabes, descentralizadas, contra a população de Israel. Segundo, SILVA, neste momento começaram a surgir grupos de resistência palestina: a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o AL Fatah¹³.

Ainda, segundo OREN (2004), os países árabes, em especial o Egito, perdiam forças na região, tanto economicamente, quanto militarmente. Contudo, a antiga União Soviética, alimentava o crescimento bélico do Egito e de alguns países da Liga árabe, com o intuito de se formar um grande arsenal bélico, capaz de derrotar Israel e conquistar o poder na região.

Corroborando com o exposto, SAVIAN, E. J; LACERDA, P. H. B (2009, p. 325), revelam que:

Paralelamente aos conflitos, Israel fortaleceu-se economicamente, aumentando em consequência, sua população e seu poderio. Isso fez com que muitos palestinos deixassem de acreditar que os Estados árabes venceriam o Estado judeu através de operacionais convencionais. Em 1959, um desses palestinos, Yasser Arafat¹⁴, criou um grupo guerrilheiro denominado “Al Fatah” (Luta), visando executar ataques contra Israel. Em 1964, os Estados árabes criaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), espécie de “governo no exílio”, com a finalidade de coordenar as ações contra Israel e estabelecer um Estado para os palestinos. O “Al Fatah” passou a ser o “braço armado” da OLP, cujo presidente era o próprio Arafat. Posteriormente surgiram outros grupos guerrilheiros dissidentes do Al Fatah, mas nominalmente subordinados à OLP.

E continua:

Em 1967, um novo confronto militar de grande amplitude parecia iminente, pois guerrilheiros atacavam Israel, que contra-atacava realizando operações contra bases de guerrilha instaladas em países árabes. Em maio, Nasser enviou tropas para o Sinai, ordenou que as tropas da ONU deixassem o canal de Suez e declarou o fechamento do golfo de Àcaba. Temendo sofrer um Ataque, os israelenses lançaram uma ofensiva preventiva contra o Egito e seus aliados,

¹³ Segundo OREN (2004), este grupo terrorista realizava ataques partindo de bases e com o apoio da Síria. Sendo este, um dos pontos que pressionaram Israel à realizar um ataque a seis aviões Sírios que sobrevoavam Damasco.

¹⁴ Yasser Arafat (1929-2004) foi o presidente da OLP-Organização para a Libertação da Palestina e líder da Autoridade Palestina. Também foi líder do Fatah, uma facção da OLP e ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 1994. Disponível em: https://www.ebiografia.com/yasser_arafat/. Acesso em 20 de junho de 2021.

dando origem à “Guerra dos Seis Dias”.

Segundo SILVA, o ataque de Israel aos aviões Sírios, fizeram com que grande parte das nações árabes forçasse uma atitude por parte do Egito. Deste modo, Egito iniciou uma mobilização bélica na fronteira com Israel.

Após os fatos acima mencionados, segundo OREN (2004) e SAVIAN, E. J; LACERDA, P. H. B (2009), em 5 de junho de 1967, iniciou-se o conflito com o ataque das Forças israelenses, em especial a Força Aérea Israelense (IAF), sobre bases áreas egípcias, jordanianas e sírias. Com este ataque grande parte do poder aérea destas nações foi destruído, fazendo com que Israel obtivesse a supremacia aérea da região, vindo a facilitar a vitória de Israel sobre os egípcios, no Sinai, a repulsa de tropas jordanianas que queriam dominar Jerusalém e, também, sobre os Sírios nas Colinas de Golã.

Abaixo, A figura 5 representa como estavam alocadas a Forças árabes e Israelense antes da guerra dos seis dias, já a figura 6, ilustra os locais em que Israel realizou as operações ofensivas e um comparativo do território de Israel, até o ano de 1967.

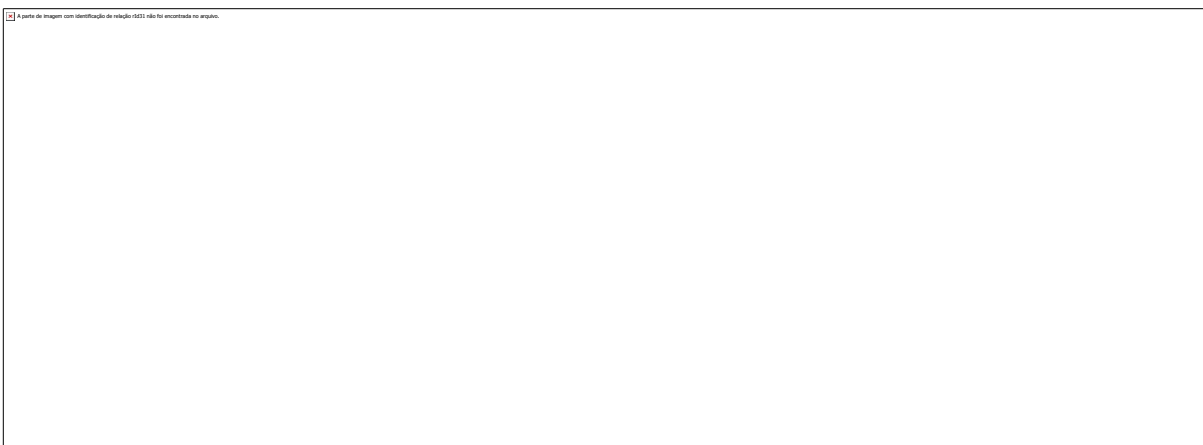


FIGURA 5 – Forças árabes e israelenses antes da Guerra dos Seis dias
Fonte: CHURCHILL, 1968.

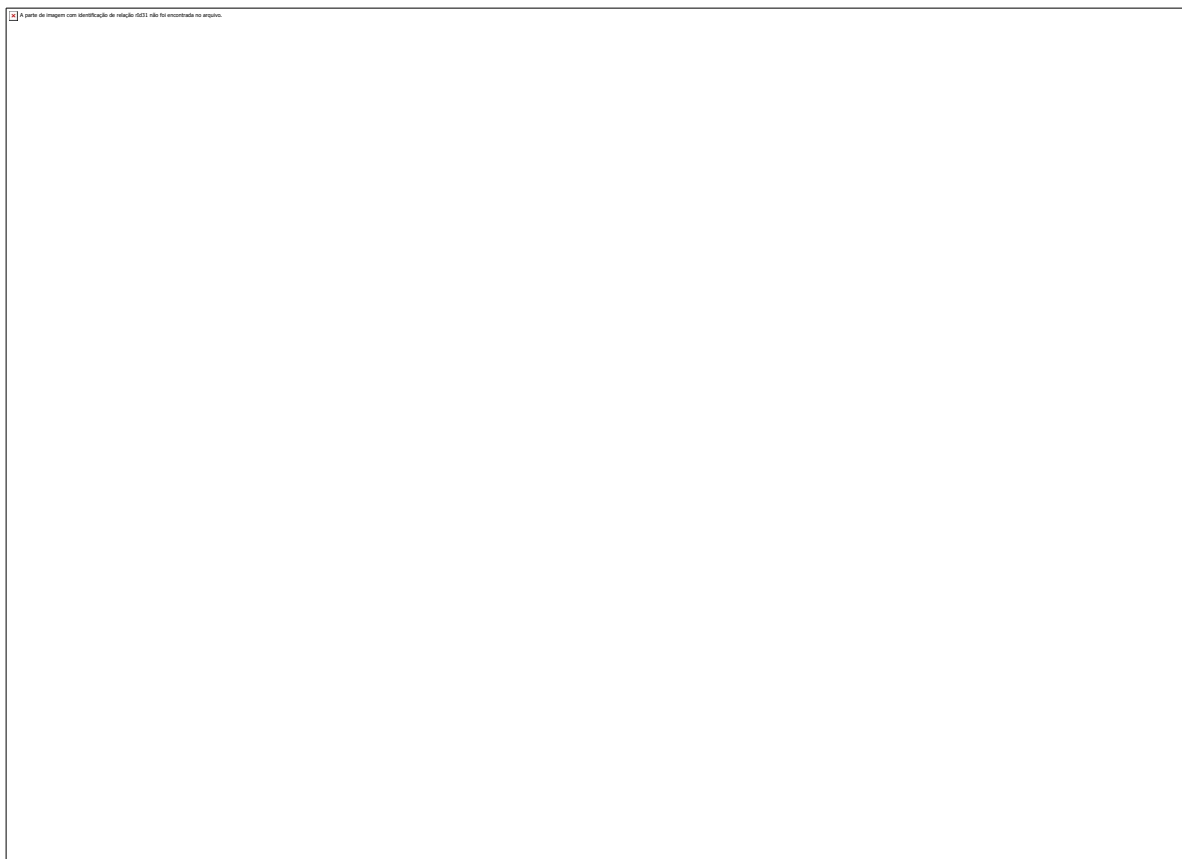


FIGURA 6 – Campanha da IDF na Guerra dos Seis Dias

Fonte: SAVIAN, E. J; LACERDA, P. H. B, 2009, p.327

SAVIAN, E. J; LACERDA, P. H. B, (2009) explica que a guerra dos seis dias só findou após uma intervenção da ONU, no dia 10 de junho de 1967, com a vitória militar de Israel sobre seus adversários. Afirma ainda que, como resultado desta vitória, Israel conquistou as colinas de Golã, a Faixa de Gaza, a península do Sinai, a Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém.

E continua:

A vitória militar dos israelenses, contudo não foi acompanhada por sucessos políticos e diplomáticos, já que a ONU condenou as novas ocupações israelenses, fato que isolou Israel internacionalmente. Além disso, os Estados árabes e as populações palestinas ficaram ainda mais ressentidas, representando uma ameaça potencial ainda maior à segurança israelense. (SAVIAN, E. J; LACERDA, P. H. B, 2009, p. 327)

2.3 PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NOS CONFLITOS ÁRABES-ISRAELENSES

2.3.1 UNEF I

Visando cumprir a sua missão, ARRAES FILHO (2009, p.49), descreve que as Forças de Manutenção da Paz, tiveram seu início durante o período da Guerra Fria, podendo, no tocante a UNEF, ser um meio político para dirimir os problemas entre países conflitantes e até mesmo para auxiliá-los na construção da paz.

Em 1956, a ONU aprovou por meio do Comitê de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a I Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), as quais iriam atuar na região do Oriente médio, com a finalidade de intermediar os conflitos entre o Estado de Israel e os Estados Árabes, na Crise do Canal de Suez (ZANATTA, 2012).

Zanatta (2012), ainda revela que o Brasil foi convidado para integrar a UNEF I, a partir disto, alinhando-se com a importância e interesse de Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil no período, em projetar o Brasil internacionalmente a partir desta missão, o Brasil aceitou o convite. Posteriormente, foi promulgado e autorizado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro de 1956, que o Presidente pudesse contribuir com tropas militares na UNEF I.

Art. 1º É o Presidente da República autorizado a tomar as medidas necessárias para que o Brasil contribua com um contingente militar do valor de um batalhão independente, para a formação ou integração da Força Internacional de Emergência instituída em consequência da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o canal de Suez e a linha de Armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução. Art. 2º O contingente brasileiro que integrar a Força Internacional de Emergência, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com uso da força e permanecerá o tempo que for julgado necessário ao cumprimento de sua missão. Art. 3º O Brasil não formará ou integrará Força Internacional de Emergência se da mesma participarem tropas de qualquer das nações envolvidas nas operações militares do Egito. Art. 4º O Governo Brasileiro não determinará medidas de restrição à

liberdade de opinião, relacionados com as informações e comentários de imprensa e rádio, em torno do contingente militar que se incorporar à Força Internacional de Emergência. Art. 5º É também autorizado o Presidente da República a permitir o trânsito, pelo território nacional, de contingentes militares integrantes da Força Internacional de Emergência, que se destinem a região a que se refere o artigo 1º, em cumprimento de deliberação da Organização das Nações Unidas, ou que dali regressem, depois de executá-la. Art. 6º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-61-22-novembro-1956-350654-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de julho de 2021)

Segundo (XAVIER, J. R., 2015, p.38), as Forças de Emergência das Nações Unidas, que iriam atuar na região conflituosa em destaque, receberam as seguintes missões: “(...) assegurar e supervisionar o cessar fogo e a retirada das tropas que operavam (...) e manter as condições pacíficas na área, desenvolvendo-se ao longo da Linha de Demarcação do Armistício (ADL) e da fronteira internacional.”

O Secretário-geral da ONU em meados maio de 1967, U Thant¹⁵, informa, em um dos seus relatórios¹⁶ que após a ordem por parte do Egito, acerca da retirada da UNEF do território neutro, ficou claro que as bases diplomáticas romperiam e que a retirada da UNEF deveria ser realizada, pois a ONU entendia que em caso de não haver mais o consentimento do Estado egípcio para a permanência da UNEF, esta deveria ser retirada.

11. A troca de notas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Unida e o Secretário-Geral, citada no início deste relatório, explica a posição que me vi obrigado a adotar nos termos das resoluções da Assembleia Geral e os acordos alcançados entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e as autoridades egípcias como base para a entrada da UNEF no território da República Árabe Unida em novembro de 1956, e seu subsequente desdobramento em Gaza e Sinai em 1957. 12. Eu assumi esta posição pelas seguintes razões principais:(a) A Força de Emergência das Nações Unidas foi introduzida no território da República Árabe com base em um acordo alcançado no Cairo entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente do Egito e, portanto, pareceu totalmente claro para me que,

¹⁵ Era o Secretário-geral das Nações Unidas de 1961 a 1971, foi escolhido para chefiar o órgão mundial quando o secretário-geral Dag Hammarskjöld foi morto em um acidente aéreo em setembro de 1961. (Disponível em <https://www.un.org/sg/en/content/u-thant>. Acesso em 22 de julho de 2021)

¹⁶ U THANT, Report of the Secretary-General on the withdrawal of the United Nations Emergency Force. Distribuído dia 18 de maio de 1967, como documento da vigésima segunda sessão sob o símbolo A / 6669. Disponível em <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-182090/>. Acesso em 20 de junho de 2021)

uma vez que o consentimento da República Árabe Unida foi retirado, cabia ao Secretário-Geral dar ordens para a retirada da Força. O consentimento do país anfitrião é um princípio básico que se aplica a todas as operações de manutenção da paz das Nações Unidas. (b) Na prática, a UNEF não pode permanecer ou funcionar sem o consentimento e cooperação contínuos do país anfitrião. (U THANT, Report of the Secretary-General on the withdrawal of the United Nations Emergency Force. Distribuído dia 18 de maio de 1967, como documento da vigésima segunda sessão sob o símbolo A / 6669. Disponível em <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-182090/>. Acesso em 20 de junho de 2021. Tradução nossa)

2.3.2 Organização e preparo

Segundo XAVIER, J. R. (2015) e ARRAES FILHO (2009), foram enviados vinte contingentes de 1956-1967. Estes contaram com oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados do efetivo profissional e por soldados recrutados, estes prioritariamente, foram reservistas de primeira categoria. Cabe salientar, que o autor, afirma que no primeiro contingente, a seleção ocorreu com quem estava na região da então 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI), hoje nomeada de 1ª Divisão de Exército (1ª DE), sendo nos próximos contingentes selecionados de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, Recife, dentre outras capitais do Brasil.

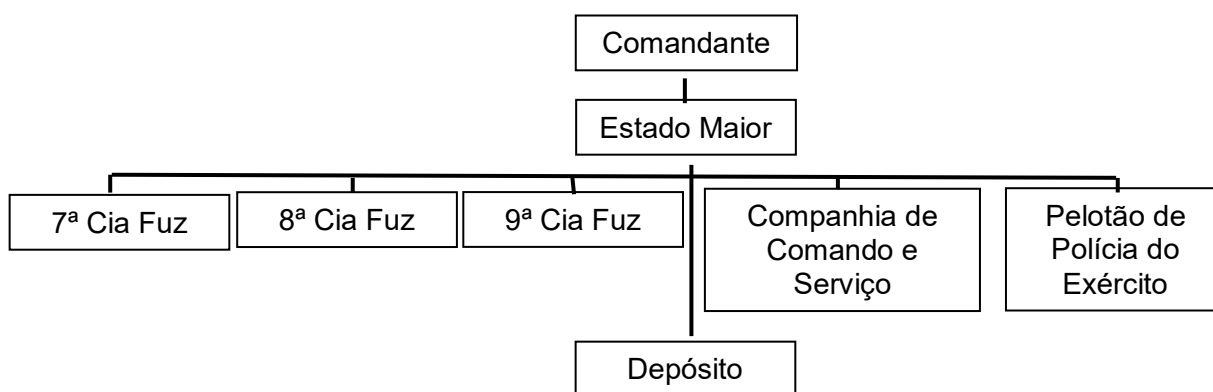
A partir do segundo contingente o encargo de seleção de cabos e soldados, além dos reservistas se tornou rotativo entre os diversos comandos militares do Exército Brasileiro espalhados pelo Brasil. Formaram-se contingentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e outras capitais, tornando nacional a constituição do Batalhão. (XAVIER, J. R., 2015, p.18)

Além disso XAVIER, J. R. (2015, p.38), ainda afirma que existiam alguns requisitos que todos os voluntários deveriam atender, como se segue:

Os voluntários deveriam preencher os seguintes requisitos: ser reservista de primeira categoria do Exército; ser alfabetizado; ser solteiro, não ser arrimo e não ter filhos; ter a idade máxima de acordo com as portarias em vigor; ter tido boa conduta no período em que esteve incorporado; ser submetido à seleção, segundo as normas

vigentes, ser considerado “apto” na inspeção de saúde; ter no mínimo 1,65m de altura. Conforme as portarias do Exército, dava-se preferência aos voluntários que fossem atletas; que tivessem fluência verbal do idioma inglês; árabe ou outra língua estrangeira, não sendo um aspecto obrigatório, mas que possuía relevância no processo de escolha.

Destarte, ARRAES FILHO (2009, p.62) relata que o Batalhão Suez, seguia o seguinte organograma:



ORGANOGRAMA 1 – Organização do Batalhão Suez.

Fonte: Arraes Filho (2009, p.62)

Acerca da preparação dos futuros integrantes da UNEF I, XAVIER, J. R. (2015) e ARRAES FILHO (2009) informam que foi realizado instruções de nivelamento no 2º Regimento de Infantaria, sendo também utilizado o Campo de Instrução de Gericinó (CIG), todos situados na cidade do Rio de Janeiro, “*com a instrução ministrada de técnicas de patrulhas, exercícios de tiro e ordem-unida*”.¹⁷

Segundo XAVIER (2015, p 61 e 62), as tropas brasileiras estabeleceram-se em pontos diferentes, como mostrado abaixo:

O Batalhão ficava acantonado na cidade de Rafah, na fronteira do Egito com a Palestina e ocupava as antigas instalações deixadas pelo Exército Inglês, quando se retirou do Oriente Médio, após a Segunda Guerra Mundial. Na distribuição das companhias de fuzileiros, mantinha uma em reserva, normalmente a 8ª Companhia, no Comando do Batalhão junto com a Companhia de Comando e

¹⁷ XAVIER, J. R. A HISTÓRIA DO BATALHÃO SUEZ: AÇÕES, REAÇÕES E ARTICULAÇÕES COTIDIANAS NA FAIXA DE GAZA (1957-1967), Júlio Ribeiro Xavier; Marcos César Borges da Silveira, orientador. – Pelotas, 2015. p.18 e 19

Serviços (CCSv), em Rafah, e duas, no caso a 7ª e 9ª, distribuídas na fronteira com a missão de policiar a Armistice Demarcation Line (ADL). A 7ª Companhia ficava instalada ao Sul, na fronteira do Egito com Israel e era constituída de três pelotões, cada um com sua organização específica e instalações próprias; o 1º Pelotão, denominado Pelotão Santa Catarina, ficava na divisa do Egito com a Palestina; o 2º Pelotão, Rio Grande do Sul, ficava na fronteira do Egito com Israel, ao Sul. O 3º Pelotão, o Pelotão Paraná e os três pelotões da 9ª Companhia ficavam na fronteira da Palestina com Israel. Dois pelotões da 9ª Companhia possuíam instalações próprias, o 1º, Pelotão Guanabara, ficava no Distrito de Khan Yunis; o 2º, Pelotão Pernambuco, ficava no Distrito de Rafah, enquanto o 3º Pelotão ficava aquartelado na própria Companhia, também no Distrito de Rafah. Em determinadas ocasiões essas constituições eram modificadas a fim de atender as situações exigidas. A 8ª Companhia tinha como atribuição a guarda da sede do Batalhão brasileiro, assim como guarnecer as instalações da Área de Apoio Logístico da UNEF, pois nessa área estavam localizados os depósitos de suprimento, as companhias de manutenção e os hospitais. A Companhia de Comando e Serviço (CCSv) tinha como atribuição apoiar as atividades administrativas e logísticas das demais. O pelotão de Polícia do Exército (PE) era responsável pela segurança do comandante da Força, além de controlar o acesso das estradas de Rafah, Gaza, Khan Yunis e as demais cidades que tinham acesso ao aeroporto de Al Arish. O Pelotão fazia ainda a escolta de comboios de munição a serem distribuídas nas demais subunidades da Força.

Por fim, acerca da saída das tropas da ONU da região belicosa, cabe salientar o seguinte:

Em 18 de maio de 1967, solicitou¹⁸ a U Thant, secretário da ONU, que retirasse suas tropas do Sinai, que estavam desde 1957. Com a saída da ONU de Sharm el Sheikh, o Egito tomou controle do Estreito de Tiro e declarou bloqueio à navegação israelense em 22 de maio, não permitindo que seus navios passassem pelo estreito e prosseguissem pelo Golfo de Aqaba até porto de Eilat. (Konzen, 2014, p. 39, grifo nosso).

2.3.3 Uniformes, viaturas e armamentos

A questão logística foi um grande desafio para os militares brasileiros que se encontravam na região do Suez. De acordo com ARRAES FILHO (2009), primeiramente, o fato de terem ido para uma Missão de Paz e não esperar um conflito

¹⁸ O solicitante foi Gamal Abdel Nasser (John, 2021).

armado foi um grande obstáculo para a disponibilidade de materiais adequados. Além disso, as questões ambientais também trouxeram dificuldades. O clima desértico é marcado por pouca umidade, pouca quantidade de chuvas e grande oscilação de temperatura diariamente.¹⁹

Segundo ARRAES FILHO (2009) e XAVIER (2015), corroboram que os uniformes recebidos não eram adequados ao clima da região. Cada militar recebeu uniforme de gala, de instrução e de parada; os soldados usavam uma túnica verde-oliva, um blusão e uma jaqueta. O general da reserva Ruy Leal Campelo, que integrou a missão como major, referiu que os uniformes eram de lã de fazenda, tecidos para a utilização da FEB entre os anos de 1942 e 1944 e, portanto, estavam ressecados. A fim de propiciar maior conforto, o governo brasileiro enviou em agosto de 1957, por uma aeronave da FAB, mais duas mudas de roupa de cama para cada militar – que foi destinada apenas ao efetivo de oficiais, deixando os praças dependentes dos poucos recursos que levaram na bagagem.

Quanto às viaturas, ARRAES FILHO (2009), informa que os militares brasileiros dispunham de 55 viaturas próprias e 15 viaturas disponibilizadas pela UNEF, que também forneceu combustível e lubrificantes. O autor, aponta ainda que a qualidade do material brasileiro recebido era inferior ao material americano oferecido pela UNEF, já que as condições ambientais causavam um desgaste maior.

Os armamentos que foram disponibilizados também tiveram o mesmo desafio. As armas coletivas eram as metralhadoras Browning .30 e .50, o morteiro .60 e o lança rojão 2.36; já individualmente, os soldados foram equipados com o antigo fuzil FO 1908, os oficiais com pistola e revólver .45 e, os sargentos, com a metralhadora INA (XAVIER, J. R., 2015, p.42). As condições adversas ambientais prejudicavam rapidamente o material brasileiro e, por isso, precisou ser substituído por material estrangeiro. A UNEF forneceu munição das metralhadoras .60 e .30, além de armamento leve (mosquetão e Metralhadora INA) (ARRAES FILHO, 2009, p.88).

Além da dificuldade ambiental, ocorriam furtos de armamento pelo povo árabe e, por isso, o serviço de guarda era de grande responsabilidade e dificuldade para o soldado, pois era uma região de fortes chuvas que prejudicavam a visibilidade (XAVIER, J. R., 2015, p. 67).

¹⁹ Informação disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/clima-desertico.htm>, acesso em 20 de junho de 2021.

“Então, tinha o problema da carga; o meu antecessor disse ‘olha, está aqui a carga brasileira: não mexe. Fica guardada, porque a da UNEF não tem galho, a brasileira dá galho’. Só se usava mesmo o armamento brasileiro, porque não tinha o da ONU. A administração da ONU era muito eficiente. Quando era um produto brasileiro que danificava e tinha qualquer problema, você tinha que dar uma parte; tinha que nomear uma sindicância; tinha mais não sei o que. Era muito complicado, burocrático. Lá o negócio funcionava operacionalmente.” (IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.)

2.3.4 Da guerra ao retorno ao Brasil

Segundo XAVIER (2015) e ARRAES FILHO (2009), o 20º Contingente foi o que estava no momento em que eclodiu a “guerra relâmpago”, sendo este formado por maioria de voluntários oriundo do atual Comando Militar do Sul, principalmente da 3ª e 5ª Região Militar, que abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contudo, haviam militares de outros estados, também.

Além disso, estes autores, através de relatos de ex-integrantes deste contingente, referem que tanto as tropas brasileiras, quanto árabes e até mesmo judeus, que estavam perto das bases brasileiras, não estavam esperando um ataque de Israel “tão repentino”, sendo, no momento em que ocorreram os ataques pegos de surpresa. De mesmo modo, referem, também, a que houveram muitos estragos nas cidades e muitas mortes, tanto de civis quanto de militares, cujo os cadáveres ficaram espalhados pelas ruas e estradas.

ARRAES FILHO (2009), ainda relata que a tropa brasileira ocupou a base canadense, tendo em vista, estes terem se retirado após a ordem do Secretário-Geral da Onu, em trinta e um de maio de 1967. A FDI realizou um cerco a esta base e rendeu toda a tropa brasileira, que havia recebido a ordem de seus superiores para não realizarem nenhum ato hostil às tropas de Israel, mesmo assim a base brasileira em *Rafah City* foi atacada e teve algumas instalações bombardeadas. O autor não afirma que não houve embates, contudo ressalta que em um momento, o cabo Ilha brasileiro foi atingido com um tiro, na face, por um atirador israelense.

[...] A denúncia só agora chegou ao conhecimento do repórter, que transmite ao público conforme os termos do relatório elaborado por oficiais que presenciaram o fato, através do depoimento das próprias vítimas. O caso é que os soldados israelenses que invadiram Gaza humilharam e saquearam os militares brasileiros que ainda lá se encontravam quando explodiu a guerra. Os oficiais condensam o episódio nos seguintes itens: “1º - A tropa brasileira foi surpreendida, às 9 horas do dia 5 de junho, pelo bombardeio aéreo israelense do campo de pouso de El Rarish; 2º) – O Brasil guardava as instalações do campo Rafah, substituindo os canadenses, que haviam partido tão logo Nasser pediu a retirada das tropas da ONU; nesse campo se encontrava toda a logística da UNEF na Faixa de Gaza; 3º) – Aproximadamente às 17 horas do dia 5, os primeiros soldados israelenses entraram no campo Rafah, por cuja segurança o Brasil era o responsável; 4º) – A tropa brasileira no campo Rafah foi atacada pelos soldados israelenses e posteriormente concentrada fora do campo sob o controle de Israel; 5º) – Todo o armamento brasileiro do Campo Rafah foi recolhido por Israel, sendo transportado para lugar ignorado; a tropa foi desarmada; 6º) – Ainda na manhã de 5 de junho, a tropa do campo Rafah foi alvo do fogo das armas de TIRO TENSO (metralhadoras) e de TIRO CURVO (morteiros e canhões); 7º) - A tropa brasileira foi concentrada e mantida em uma área sob a vigilância do Exército de Israel A PARTIR DAS 18 HORAS DO DIA 5 ATÉ AS 7 HORAS DA MANHÃ DO DIA 6. A ordem recebida dos comandantes israelenses foi de FICAREM SENTADOS TODOS SEM FALAR; 8º-) Toda a tropa foi mantida sentada – oficiais e praças. Com muita insistência, foram fornecidos cobertores, porque a noite era muito fria; [...] 10º) Durante a operação no interior do campo Rafah HOUVE PILHAGEM, por parte da tropa de Israel, do material pessoal brasileiro, com grave prejuízo para todos. AquEles que tinham comprado e economizado alguma coisa, tudo ou quase tudo perderam. (XAVIER, 2015, apud, Revista O Cruzeiro, 01 jul 1967).

Após alguns dias de conflito, ARRAES FILHO (2009), informa que a tropa brasileira conseguiu permissão para se retirar da cidade de Rafah e seguir para El Arish, contudo todo o trajeto foi sob a vigilância da FDI, destaca inclusive, segundo depoimento de Flávio Alcaraz, ex-integrante do 20º Contingente Brasileiro desta missão de paz, que em um determinado momento, durante uma parada do comboio brasileiro, ficara horas sobre a mira de metralhadores de Israel.

Durante quase todo o trajeto, tanto ARRAES FILHO (2009) quanto XAVIER (2015), informam que haviam inúmeros mortos nas estradas, sendo a maioria árabe, muitas lojas saqueadas, carros destruídos, viaturas de combate destruídas e algumas ainda em operação.

Por fim, a retirada total dos boinas azuis brasileiros, se deu pelo Port Said, através do navio “Soares Dutra”, segundo ARRAES FILHO (2009) e XAVIER (2015) um navio de carga que transportava café do Brasil em direção à Europa.

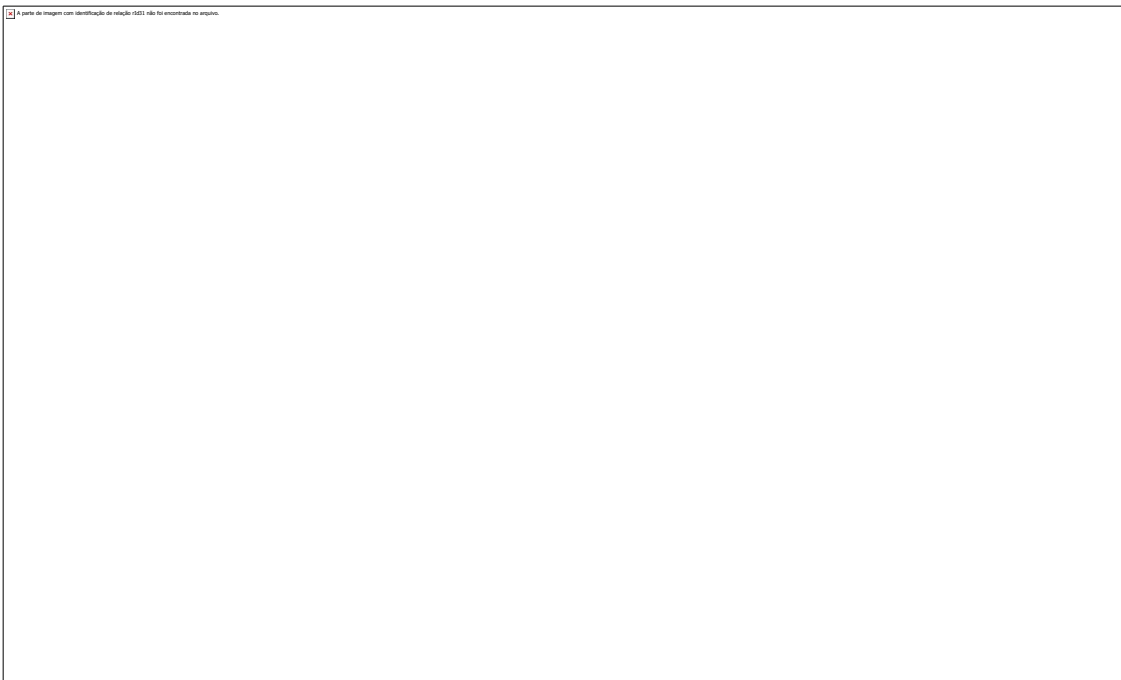


FIGURA 7 – Árabes recolhendo corpos dos seus soldados mortos na guerra
Fonte: VARGAS, Fernando. 2003

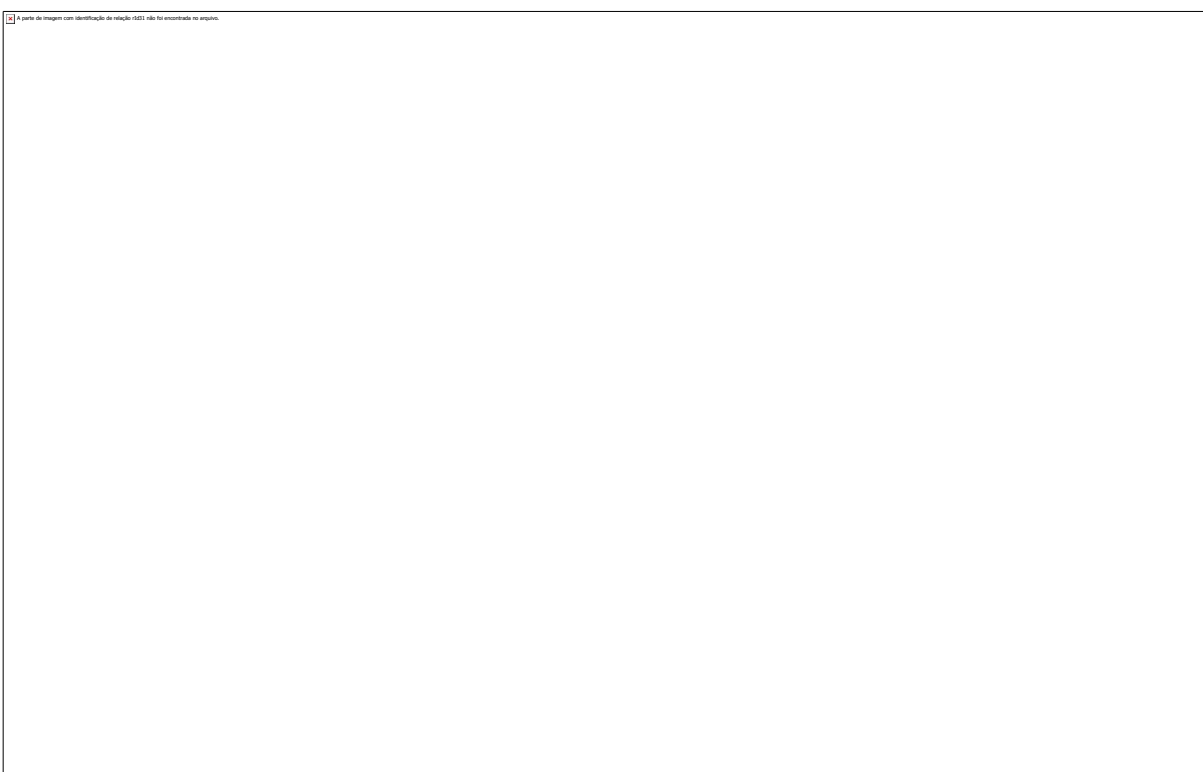


FIGURA 8 – Soldados brasileiros no Campo Brasil, preparando retirada. Ao fundo a cidade de Rafah – em chamas após um ataque dos israelenses.
Fonte: VARGAS, Fernando. 2003

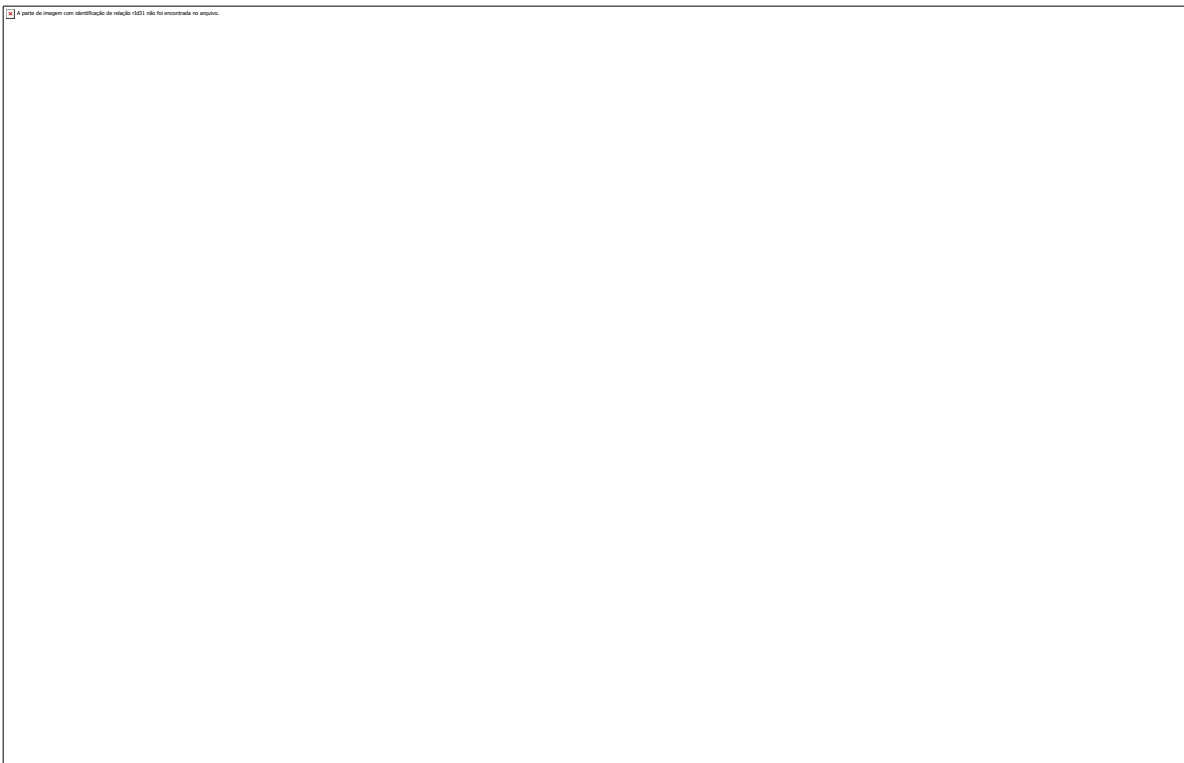


FIGURA 9 – Muro do campo Brasil furados a tiro de armas automáticas durante a Guerra dos Seis Dias

Fonte: VARGAS, Fernando. 2003

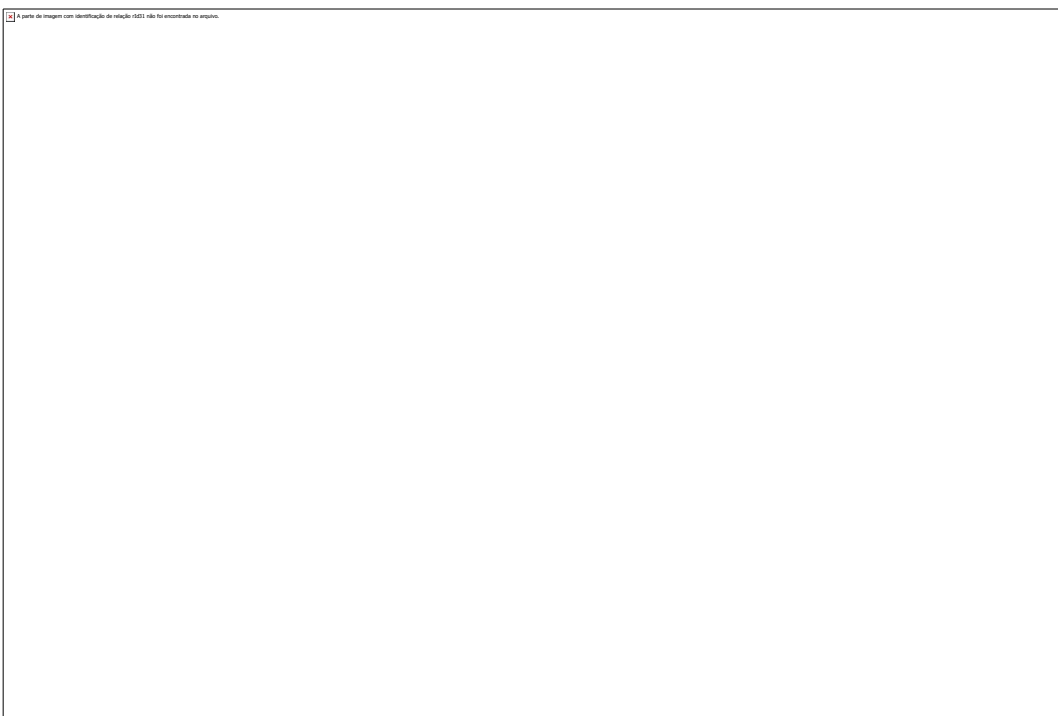


FIGURA 10 – 20º Contingente, já em território de Israels, rumo a cidade de Ashdod, para embarcar ao Brasil. Final da Missão após a Guerra dos Seis Dias.

Fonte: VARGAS, Fernando. 2003

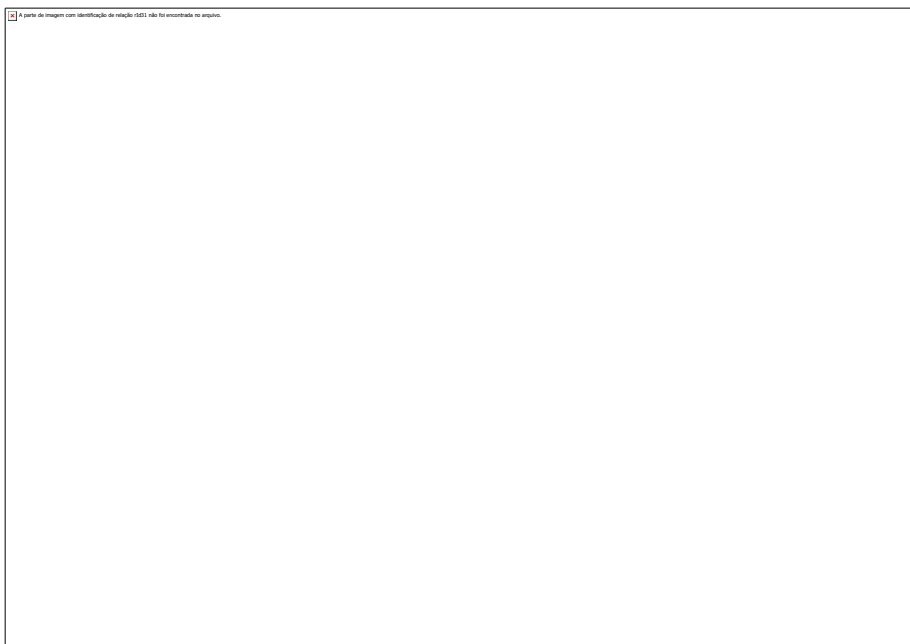


FIGURA 11 – Última Formatura do Btl Suez no Oriente Médio, retirada do 20º Contingente no Porto da Cidade de Ashodod, Israel. Junho de 1967.

Fonte: VARGAS, Fernando. 2003

3 ANÁLISE E RESULTADOS

3.1 ENTREVISTA

Da análise dos dados obtidos, cabe salientar a entrevista semi-estruturada realizada com o sr. Sérgio Luiz Dias, atual presidente da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão Suez, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, concedida no dia 16 de julho de 2021.

Cabe salientar, que a entrevista foi semi-estruturada para dar uma maior liberdade para o narrador, de forma a enriquecer ainda mais o presente trabalho, sendo dividida em três grandes partes: processo de seleção, preparação e deslocamento até o Egito; Chegada ao Egito, a missão, propriamente dita, abordando percepções sobre o conflito e fatos que ocorreram durante o mesmo; Retirada da tropa brasileira e retorno ao Brasil.

3.1.1 Processo de seleção, preparação para a missão e deslocamento até o Egito

Sobre a primeira parte do questionário o Sr. Sérgio, respondeu que integrou o 20º contingente, como Cabo Sapador. Os rodízios entre as missões ocorriam de oito em oito meses, aproximadamente, mas este contingente, inicialmente, ficaria apenas por seis meses.

Afirmou ainda que, o nome de Batalhão Suez se deu ao fato do 1º Contingente ter passado cerca 30 dias na cidade do Suez, após o desembarque do navio, pois estavam esperando a retirada dos ingleses e dos franceses que estavam na região.

O processo de seleção ao qual o sr. Sérgio participou, foi realizado pelo 18º Regimento de Infantaria (RI), atual 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, hoje localizado na cidade de Sapucaia do Sul - RS. Segundo seu relato, os cabos e soldados voluntários, deveriam pedir a “baixa”, para poder concorrer as vagas, pois

só quem fosse reservista de 1ª categoria poderia entrar no rol de voluntários.

Além deste quesito, afirma ainda que era exigido que o militar já tivesse concluído o grau de escolaridade básico e ter um bom preparo físico. Caso o voluntário soubesse falar inglês, já teria um ponto à frente dos demais voluntários, assim como os candidatos que tinham especializações (como cozinheiro, comunicações, motorista e etc). Sr. Sérgio afirma ainda, que muitos, que foram selecionados, tinham o grau de escolaridade tão baixo que nem sabiam onde se localizavam os países Egito e Israel.

Como Cabo sapador, sua missão, basicamente, era de remover tudo o que poderia frear o deslocamento da tropa brasileira, desde escombros, carros destruídos, até corpos e minas anti-carro e anti-pessoal. Em um trecho da entrevista ele relata que, após chegar no aeroporto de Port Said²⁰, durante um deslocamento entre o aeroporto e o Campo Brasil, o comboio se deparou com um terreno estranho, o que fez com que ele fosse acionado para verificar se tinha alguma mina terrestre naquele lugar. Este fato se repetiu por algumas vezes, até chegarem ao destino final.

Ao final da missão, o Sr. Sérgio, veio a descobrir, infelizmente, que uma das missões do sapador era cuidar dos mortos, sendo assim, construiu um caixão, que seria utilizado pela única vítima fatal do conflito, Cb Ilha.

Afirma que, no seu contingente, a preparação não aconteceu, como as atuais. Eram repetidas as instruções teóricas e práticas do período como soldado/cabo, como por exemplo tiro com mosquetão, desminagem com bastão de desminagem e ordem unida. Contesta ainda que, poucos militares instrutores haviam participado desta missão paz, ou seja, pouca experiência foi transmitida o que gerou uma perda na qualidade da instrução, sendo percebido somente quando eles desembarcaram no aeroporto de Port Said.

Salientou, que o seu treinamento ocorreu no 18º RI, ao contrário de alguns contingentes, que realizaram o treinamento no Rio de Janeiro, no Campo de Instrução de Gericinó.

O Sr. Sergio referiu, ainda, terem embarcado em uma aeronave Hércules (C-130), do Rio de Janeiro, parando em Recife, Lisboa, Egito, até o aeroporto El Ilarif. Informou, também, que todas as paradas se deram em bases militares.

²⁰ O Aeroporto de Port Said (IATA : PSD , ICAO : HEPS) serve a cidade de Port Said , Egito , na extremidade norte do Canal de Suez . Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Port_Said_Airport. Acesso em: 16 de julho de 2021.

3.1.2 Chegada ao Egito, a missão, propriamente dita, abordando percepções sobre o conflito e fatos que ocorreram durante a guerra

Acerca da segunda parte, o entrevistado informou que os árabes foram bem receptivos à presença do 20º Contingente brasileiro, tendo em vista que a solicitação de ter presença de tropas da ONU, foi do então presidente, Nasser. Por outro lado, Israel não reconhecia as Forças da ONU que estavam presentes naquele território.

A missão foi dividida de forma que sempre haviam alguns militares patrulhando a Linha de Demarcação do Armistício (LDA) e outros locados no Posto de Observação, os quais duravam cerca de 12 horas. A patrulha era realizada no período da noite, utilizando um jeep, sendo integrada por 3 militares (1 Sgt e 2 cabos), no Deserto do Sinai.

Sobre o dia-a-dia da missão, refere que ora estava no Posto de Observação, ora estava realizando patrulhamento noturno no deserto do Sinai, ora de serviço na base e ora descansando. O convívio entre os árabes e os brasileiros e entre israelenses e brasileiros era bem cortês. Neste último caso, muito foi devido ao fato de muitos judeus nascidos no Brasil estarem servindo nas Forças de Defesa de Israel.

Foi narrado que em 19 de maio de 1967, Nasser pediu a saída das tropas da ONU. No dia 21 de maio do mesmo ano, a UNEF I foi extinta pela ONU. Após este fato, as Tropas canadenses se retiraram em 24 horas, um Batalhão indiano, também se retirou e um outro permaneceu.

Após a saída dos canadenses, o Brasil assumiu a área e a base deles. Um oficial superior foi ao Cairo e ao Líbano para verificar a questão da retirada do contingente brasileiro e sobre o andar da missão, mas foi ordenado permanecer no local, com o discurso que o Estados Unidos da América garantiu que não ocorreria um conflito armado. Mesmo a Itália se prontificando a aceitar as tropas brasileiras, devido ao término instituído da missão, pelo Secretário-geral da ONU.

Além disso, referiu que existiam bases militares espalhadas. O Posto de Comando e a Companhia de Comando e Serviço ficavam no Campo Brasil, a 7ª Companhia, formada por um pelotão de comando e três pelotões de fronteira, ficava

em Raffa City com a tropa canadense. A 8ª Companhia ficava na LDA, entre a faixa de Gaza e Israel, no deserto de Neguev.

As bases brasileiras eram as seguintes: um pelotão no Fort Washington, um pelotão no Fort Robson e um no Forte Sauder, localizado no Estreito de Akab, conforme a figura 7.

A parte da imagem com identificação de relação (021) não foi encontrada no arquivo.



FIGURA 11 – Mapa geral de Gaza e as bases brasileiras
Fonte: ZOUAIN. 2003.

Sr. Sérgio, ainda refere que todos sabiam que uma hora ou outra o conflito iria acontecer. Os atritos entre israelense e árabes eram muito constantes. O povo que estava no Egito, próximo a LDA, eram basicamente nômades, não causavam problemas. Já na faixa de Gaza, parecia que os árabes tinham uma necessidade de cometer atos terroristas. Iam até os Kibutzins²¹ para matar judeus e depois regressavam. Os Fedayin²² vendiam nas ruas e estradas braços, pernas e até cabeças dos judeus, pois não se poderia enterrar um judeu faltando partes do corpo.

Chegavam notícias pelos rádios e jornais que estava tendo um confronto aéreo entre o Sírios e os da Força Aérea Israelense.

Todas os passeios, folgas ou qualquer deslocamento para fora das bases do contingente foram suspensos.

Acerca da percepção sobre a preparação das tropas brasileiras para atuarem contra uma ofensiva contra Israel ou Egito, o Sr. Sérgio, as tropas brasileiras não estavam preparadas nem belicamente, nem no sentido de material quanto no sentido de técnicas, táticas e procedimentos.

O armamento de dotação individual do soldado era o mosquetão, cada pelotão tinha apenas uma metralhadora .50, os oficiais portavam pistolas existiam algumas metralhadoras Thompson.

Enquanto isso, Israel ou o Egito possuíam os mais modernos equipamentos e armamentos da época.

Além disso o entrevistado, afirmou que ele e os demais integrantes do Batalhão Suez acreditavam que em uns dois ou três dias depois iriam começar os conflitos, mas que começaram a notar que no lado de Israel começaram a surgir 2 a 3 carros de combate com meia lagarta, cada um com uns 20 militares, muitos voos de reconhecimento passavam sobre eles. Também, do lado de Israel, não se via mais civis israelenses, o que não aconteceu do lado egípcio, que tinham muitos civis andando.

Sobre o ataque realizado por Israel, afirmou que foram muito rápidos, tendo atacados quase todos os aeroportos, deixando só um intacto, o aeroporto de El Arish,

²¹Comunidade agrícola israelense, caracterizada pela propriedade, trabalho e administração coletivos. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/kibutz>. Acesso em 20 de junho de 2021.

²²Combatente palestino que conduz uma ação de guerrilha. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/fedayin>. Acesso em 20 de junho de 2021.

o qual eles conquistaram e utilizaram como uma espécie de base logística.

Ademais, o Sr. Sérgio, aponta que: *“durante o ataque nós não conseguimos fazer nada, inclusive fomos orientados pelos superiores, a não realizar nenhum ato hostil contra qualquer tropa. Nós nos abrigávamos onde era possível.”*

3.1.3 Retirada da tropa brasileira e retorno ao Brasil

O Sr. Sérgio apontou que, a partir do dia 12 de junho de 1967, iniciou-se o processo de retirada das tropas brasileiras que integravam a UNEF I. Quem estava em Port Said, embarcou em um navio norueguês que seguia destino para o Chipre. Desta forma, os que não embarcaram no navio Soares Dultra, embarcaram neste.

Eles estavam em Al Arish, esperando o navio mercante Soares Dultra, que estava carregado com uma exportação de café que seguiria rumo à Itália. Neste tempo, o navio atracou em Al Arish, incorporou alguns militares e, assim, seguiram para a Itália. Após entregar o café, retornaram para o Chipre, com a finalidade de buscar os remanescentes. Logo em seguida, rumaram o Brasil.

Por fim, afirmou que a recepção da população brasileira foi muito boa, que ao desembarcar do navio, em Porto Alegre, foram em marcha até a Av. Borges de Medeiros e desfilaram. Relatou que haviam muitas pessoas presentes, que lotavam a avenida saudando a tropa que passava em desfile, um desfile tão desejado, tanto por parte da população presente, quanto por parte dos integrantes do Batalhão Suez.

3.2 Documentação

Durante a entrevista, o sr. Sérgio referiu ter alguns documentos que posteriormente veio a me entregar, que vieram a complementar alguns dados no presente trabalho.

O conteúdo destes documentos abrange o aditamento ao boletim interno Nº111, de 22 de maio de 1967, o boletim especial Nº 1, de 30 de junho de 1967, Boletim especial Nº 3, de 25 de setembro, de 1967, todos confeccionados pelo III/2º Regimento de Infantaria, "Batalhão Suez";

Foi entregue, também, registros históricos de 1967, que contêm um relatório circunstanciado, um documento com a cronologia das ações realizadas, desde o dia 14 de maio de 1967, até o dia 12 de junho de 1967 e outro registro histórico, contendo os acontecimentos, mensagens e ordens, do dia 14 de maio ao dia 12 de junho, tudo de 1967.

Além destes documentos, foram entregues relatos de outros ex-militares ou militares da reserva que integravam o Batalhão Suez.

Acerca dos registros históricos cabe ressaltar que no dia 14 de maio de 1967, houve intensificação das atividades de patrulhamento e nos postos de observação. Às 22 horas, o Comandante da UNEF I recebeu do General Mohammed Fawzy, chefe do Estado Maior das Forças Armadas da República Árabe Unida, uma carta pedindo a retirada imediata das tropas da ONU nos postos da Península do Sinai. Contudo, o Comandante da UNEF informou que o pedido deveria seguir para o Secretário-Geral da ONU e que, até ordens deste, nada poderia fazer. Cabe ressaltar que, então, General Fawzy informou que, caso Israel iniciasse um ataque, suas tropas iriam tomar os postos da UNEF.

Após esses fatos, o documento também mostra que, dois dias depois, o General Comandante da UNEF informou o Secretário-Geral da ONU acerca da solicitação, o qual foi respondido no dia posterior, informando que a ONU aguardava um pedido formal do Egito para prosseguir com a retirada das tropas da UNEF.

Ocorrido estes fatos, em 18 de maio, o Comandante da UNEF suspendeu os patrulhamentos na ADL. Ao mesmo tempo, tropas egípcias se aproximaram dos pelotões brasileiros destacados na fronteira internacional e nos Fortes Saunders, Robinson.

No dia seguinte, o Secretário-Geral da ONU entrou em contato com o Comandante da UNEF I, para extinguir a Força e ordenar a retirada das tropas da ONU de sua área de operações.

Então, o comandante da UNEF I solicitou o abandono dos postos de observação presentes na ADL, reunindo-se as tropas nos campos principais. Registra-

se que no dia 28 de maio, o Comandante da UNEF ordenou que as tropas de segurança permanecessem no Campo Rafah, devendo prestar o apoio moral e material aos refugiados.

Nos dias seguintes, o governo egípcio pediu a retirada das tropas canadenses, que, em aproximadamente 48 horas, se retiraram. Após a saída, houveram saques por parte de árabes ao antigo Campo canadense, sendo ordenado às tropas brasileiras, em especial a 7ª Companhia de Fuzileiro, que realizasse a segurança do local.

A partir da manhã do dia 5 de junho, foram observadas movimentações de aeronaves israelenses e bombardeios de posições egípcias, que estavam próximas ao campo Rafah, além da aproximação de colunas de blindados israelenses e a destruição de uma bateria de artilharia egípcia por fogos de contrabateria de Israel. Ainda nesta manhã, foi ordenado ao batalhão brasileiro a cavar abrigos e organizar um comboio eventual para abandono dos campos.

Foi solicitado que as tropas brasileiras ficassem abrigadas em outro local, no Campo Brasil. Há relato que os fogos no interior do Campo Rafah aumentaram circunstancialmente, tendo alguns soldados brasileiros ficado levemente feridos e uma vítima fatal. Também ocorreram fogos na direção de viaturas que estavam indo do Campo Rafah para o Campo Brasil e um soldado estafeta, que seguiria para Gaza, foi detido por tropas egípcias e posteriormente, por tropas israelenses. Então, para que as tropas brasileiras não fossem confundidas, oficiais brasileiros hastearam a Bandeira do Brasil junto à bandeira da ONU.

Às 19 horas do dia 05 de junho, os israelenses reuniram as tropas brasileiras iugoslavas, norueguesas e indianas e, no dia seguinte, levaram-nas para o hospital.

Por fim, em 08 de junho, o Comandante da UNEF informou aos militares que estavam no Campo Rafah, que deveriam embarcar em um navio que iria para o Chipre, no porto israelense a 15 km ao norte de Gaza. Assim, as tropas seguiram para Gaza e ficaram acantonadas em B Mess, por cerca de dois dias.

No dia 12 de junho, deslocaram-se para Ashdod, em Israel, e parte da tropa iria embarcar no Navio Soares Dutra. Após, decidiu que uma parte da tropa brasileira iria realizar a guarda da carga do Batalhão Suez e iria embarcar no Chipre, na cidade de Famagusta, escoltando o navio iugoslavo Liburnija, chegando no dia 14 de junho e lá permanecendo até o dia 29 de junho, momento no qual se reintegraram ao restante

do contingente brasileiro que estava no navio Soares Dutra. Após a chegada no Chipre as tropas brasileiras rumaram para Trieste, Bari, ambos na Itália, Marselha, na França, Las Palmas, nas Ilhas Baleares, Recife, Rio de Janeiro e, por fim, Porto Alegre, onde desembarcaram no dia 02 de agosto de 1967.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante e após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um fluxo migratório da Europa para diversos países ou territórios, sendo um dos destinos Jerusalém, obrigando judeus e árabes a conviverem juntos num mesmo pedaço de terra. Aliado a este fato, fortaleceram-se os ideais do movimento sionista, cuja origem vem de sentimento nacionalista para a criação de um Estado judeu, o que culminou em um aumento dos conflitos entre árabes e judeus.

Outro fato de análise, é o abandono de países europeus, que prometiam intermediar e solucionar os conflitos nas terras que compreendiam a Faixa de Gaza e de Israel. Com isto, os judeus iniciaram uma corrida internacional para que Israel fosse reconhecida como um Estado.

Após a ONU ter reconhecido o Estado de Israel, os países árabes se uniram, formando a Liga Árabe, capitaneada por Nasser, então presidente do Egito. Nasser, prometeu retomar aquela terra santa e expulsar seu inimigo histórico. Estes fatos fizeram com que, logo após o surgimento do Estado de Israel, iniciasse uma série de frustradas tentativas militares da Liga Árabe contra Israel para reconquistar o território. Após, os insucessos árabes e pressões de grandes potenciais, Israel e os países da Liga Árabe assinaram um acordo de não-violência, cujo fim, dar-se-ia em meados de junho de 1967.

Ao observar todo este movimento, a ONU aprovou o envio da primeira missão de pacificação com a utilização de tropas militares de diversos países, com o intuito de garantir e observar o cumprimento do acordo de armistício, surgindo, então, a UNEF I.

A partir destes fatos, o Brasil é convidado a participar desta missão, fazendo com que em 22 de novembro de 1956, o Congresso Nacional (Decreto Legislativo Nº 61, de 22 de novembro de 1956), conforme interesses do Presidente da República, Juscelino Kubitshek, de projetar o Brasil internacionalmente, autorizou o emprego de tropas brasileiras em terras internacionais.

A partir da criação, a tropa brasileira foi sendo constituída e os treinamentos se iniciaram na cidade do Rio de Janeiro, liderado pelo 1º Regimento de Infantaria, sendo este, também, responsável pelo envio do 1º Contingente.

Fato comum ao preparo de todos os contingentes, foi que os primeiros deram-se de maneira centralizada, sendo nos demais, realizada de forma descentralizada, em Porto Alegre, São Paulo e outros estados, que passaram a ser responsáveis pelo envio de tropas para a região em conflito.

De forma igual a todos os contingentes, foram selecionados oficiais, subtenentes e sargentos de carreira e cabos e soldados reservistas de 1ª categoria, para comporem os contingentes brasileiros.

Acerca da organização do 20º Contingente, pode-se afirmar que foi semelhante aos demais, possuindo 3 companhias, Companhia de Comando e Serviço e um pelotão de polícia do Exército.

Ficou claro que o treinamento do 20º Contingente, deu-se de forma bem semelhante ao que já era feito nas instruções do que conhecemos hoje como período básico e de qualificação, ou seja, foram ministradas instruções de ordem unida, desminagem utilizando-se o bastão de desminagem, tiro com o fuzil Mauserm e metralhadora .50, instruções de treinamento físico militar, dentre outras.

Relatou-se, também, que não houve, pelo menos entre os militares de mais baixa patente, como cabos e soldados, um intercâmbio de conhecimento entre militares que já haviam participado de outros contingentes com os que iriam iniciar a missão, podendo ter prejudicado a preparação para missão.

Através do relato do entrevistado e da literatura, verifica-se que o deslocamento dos contingentes brasileiros se deu de forma diferente, pois os primeiros contingentes demoravam cerca de 30 dias para chegar ao Canal de Suez, pois foram de navio, tendo o 20º se deslocado através da aeronave C-130 Hércules, fazendo com que o deslocamento fosse mais rápido e houvesse menos desgaste à tropa.

A chegada em solo estrangeiro e conflitante, deu-se no aeroporto de Port Said e de lá rumaram para as suas bases, Campo Brasil e Campo Rafah. Este situava-se na cidade de Rafah, próximo ao Sinai, que era controlado pelo Egito, já o Campo Brasil, ficava perto da ADL, a qual demarcava a fronteira entre a Faixa de Gaza e o Estado de Israel.

A partir disto, iniciou-se a missão, que basicamente se dividia em realizar a segurança das suas bases, patrulhamentos a pé e motorizados na região do deserto do Sinai e na região da ADL e ocupar os postos de observação que ficavam estrategicamente em pontos na fronteira entre o Egito-Israel e Faixa de Gaza-Israel.

Conforme relatos, durante a execução da missão, as animosidades entre árabes e judeus, mesmo com o armistício, nunca se encerraram, inclusive, há informações de que os árabes eram os que menos respeitavam o acordo de paz. Eles entravam clandestinamente no território judeu e realizavam constantemente ataques terroristas aos Kibutz, matando e ferindo civis e militares judeus. Além disso, os terroristas árabes decapitavam ou cortavam algum membro das vítimas judias e ostentavam estas partes do corpo como troféus e até mesmo as vendiam para outros árabes.

Durante o mês de maio, os relatórios brasileiros descreviam que um clima de tensão entre judeus e árabes estava se acirrando cada vez mais, inclusive, notava-se uma movimentação de tropas egípcias na direção da fronteira, sendo tudo relatado pelo Comandante da UNEF I à ONU.

Ainda no mês de maio do mesmo ano, por volta do dia 16, o Presidente do Egito solicitou a saída das tropas da ONU da região conflitante, porém a ONU só emitiu a ordem de retirada e a extinção da missão dois dias depois. O Secretário-Geral da ONU, entendeu que já não havia mais sentido as tropas estarem na região, pois, como já explanado, ela só age se tiver o consentimento dos países em conflito.

A partir disto, as tropas canadenses em 48 horas, deixaram sua base, um dos dois batalhões indianos também evacuaram, restando somente as tropas brasileiras e um batalhão indiano no local.

Com a permanência da tropa brasileira e a retirada das tropas canadenses, foi ordenado que os brasileiros ocupassem a base canadense, com a 8ª Companhia, o que foi feito.

Muitos saques estavam ocorrendo nesta base e, com isso, foi necessário, chamar a 7ª Companhia para tentar conter os saques, o que foi feito. Percebe-se assim que, as tropas brasileiras tiveram que realizar a segurança das bases próprias e da base canadense. Ressalta-se que foi ordenado o fim dos patrulhamentos das tropas brasileiras, tanto na Faixa de Gaza quanto na ADL. Desta forma, o trabalho das tropas brasileiras se resumiu a realizar a sua própria segurança.

Com o surpreendente início do ataque israelense sobre as tropas inimigas, deu-se o início da Guerra dos Seis Dias, e o 20º Contingente se viu no meio de um conflito. Ocorreram sobrevoos de aeronaves israelenses, com diversos aeroportos bombardeados, além de viaturas blindadas israelenses e fogos de contra-bateria no território.

Militares brasileiros que estavam saindo da base, tiveram suas viaturas alvejadas por fogos direto das tropas israelenses, sem serem feridos, abandonaram-as e voltaram para a base. Um soldado estafeta que se dirigia para uma base brasileira e tropas brasileiras que estavam no Campo Rafah foram feitas prisioneiras, inicialmente pelas tropas egípcias e, posteriormente, pelos israelenses.

Com o conflito basicamente definido, tendo a FDI consagrada como vitoriosa no campo militar, as tropas árabes ficaram desmoralizada, em especial as do Egito. Assim, a retirada das tropas brasileiras ficava cada vez mais próxima.

Destarte, no dia 08 de junho, iniciou-se o planejamento para o regresso brasileiro. O caminho a ser percorrido até Port Said não foi tão seguro, pois haviam pequenos focos de resistência árabe no caminho, além de um forte sistema de controle das vias por parte de Israel. Durante todo o percurso, foi observado a destruição causada pela guerra, inúmeras viaturas militares, veículos civis e construções destruídos, além de corpos de combatentes e civis (inclusive crianças), em sua maioria árabe, mortos durante o combate.

Após a chegada das tropas em Port Said, o regresso ao Brasil deu-se por etapas, pois o navio mercante Soares Dutra, o qual iria realizar o transporte, deveria entregar uma carga de café no Chipre. Foi-se decidido que uma parte da tropa seguiria no navio Soares Dutra e a outra parte iria escoltar o navio iugoslavo Liburnija, que também estava rumo ao Chipre.

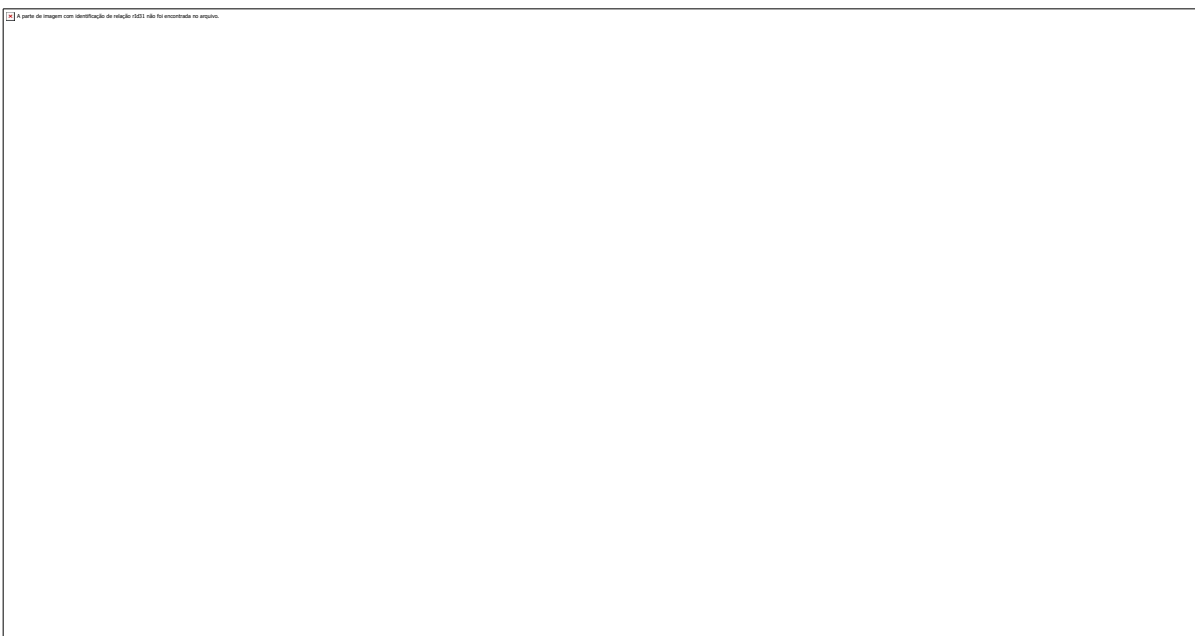
A chegada do 20º Contingente ao Brasil se deu, num primeiro momento, em Recife e, logo após rumou para o Rio de Janeiro para então chegar em Porto Alegre. Aqui, foram em marcha pelas ruas de Porto Alegre, terminando com um desfile na avenida Borges de Medeiros, tendo uma calorosa recepção da população brasileira em todo o percurso e homenagens na mídia. Além disso, os militares foram agraciados com medalhas militares.

Com o fim do conflito, o regresso do último contingente brasileiro, fica claro sobre a importância desta missão para as ações futuras da ONU e para a preparação e emprego das tropas brasileiras nas próximas missões de paz. Tanto a ONU, quanto o Brasil, entenderam que a preparação e o emprego das Força de Emergência deveria ser melhor estudado e melhor aplicado. O uso de uma Força Emergencial durante os dez anos missão, tinham o objetivo maior de supervisionar a paz, o que se viu ineficaz, pois os conflitos continuaram acontecendo e, no fim, uma guerra veio a acontecer.

Desta forma, a ONU começou a empregar tropas com o intuito de garantir a paz e, num futuro, impor a paz.

Em 10 de Dezembro de 1988, o Batalhão Suez recebeu da ONU o Prêmio Nobel da Paz. E, em 08 de janeiro de 2016, na Praça dos Açoreanos, na cidade de Porto Alegre, foi construído um monumento em homenagem ao Batalhão Suez.

Relembrar a história do Batalhão Suez, mantém viva a chama e o sentimento de patriotismo. Esta missão conseguiu projetar a imagem do Brasil no cenário internacional, como um país pronto a atuar em missões fora dos seus limites territoriais, principalmente na manutenção da paz.



FOTOGRAFIA 1: Diploma do Prêmio Nobel da Paz, recebido por um ex-integrante do Batalhão Suez.

Fonte: ANTONELLI, Diego. **A história dos brasileiros que garantiam a paz na Faixa de Gaza.** Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/a-historia-dos-brasileiros-que-garantiam-a-paz-na-faixa-de-gaza-co7oumlctahz5oxg45q84rie8/>. Acesso: 02 de julho de 2021.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, I. O; Hamann, E. P; Soares, M. A. **A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS OPEERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E OPORTUNIDADES**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Texto para discussão. Brasília, 2019. Disponível em: [td_2442.pdf](#) (ipea.gov.br). Acesso em: 20 dez. 2020.

ANTONELLI, Diego. **A HISTÓRIA DOS BRASILEIROS QUE GARANTIAM A PAZ NA FAIXA DE GAZA**. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/a-historia-dos-brasileiros-que-garantiam-a-paz-na-faixa-de-gaza-co7oumlctahz5oxg45q84rie8/>. Acesso: 02 de julho de 2021.

ARRAES FILHO, M. R. **HISTÓRIA, MEMÓRIA E DESERTO: OS SOLDADOS BRASILEIROS NO BATALHÃO SUEZ (1957-1967)**. Tese de Doutorado em História apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 2009.

BBC-British Broadcasting Corporation. **10 perguntas para entender o conflito entre israelenses e palestinos**. Brasília-DF, 08 ago. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140730_gaza_entenda_gf_lk. Acesso em: 20 dez. 2020.

BENZECRY, Marcos André. **A evolução da participação brasileira nas Operações de Paz da ONU e o paradigma do uso da força – Capítulo VII da Carta das Nações Unidas**. / Marcos André Benzecry. 2019.

BERGMANN, Lia. **Israel 3.700 anos de história**. In: **Solução para a paz:entendendo o oriente médio**. São Paulo: Associação Beneficente e Cultural B´nai B´rith do Brasil, 2009.

BRASIL. **Missões de Paz: UNEF**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unef-i>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRENER, Jayme; Sader, Emir. **Ferida aberta: o Oriente Médio e a nova ordem mundial**. São Paulo:Atual, 1993.

CAMARGO, Cláudio, **Guerras Árabe-israelenses**. In.: MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 201. p. 431

CHURCHILL, Winston e Randolph. **Seis Dias de Uma Guerra Milenar**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1968.

Documents A/6730 and add.1-3. UNEF I withdrawal (16 may – 17 june 1967) – SecGen report, addenda, corrigendum. Report of the secretary-general on the withdrawal of the united nation emergency force. disponível em <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-182090/>

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: de que forma os Direitos Humanos Revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 20 Jun 2021.

FERNANDES. C. **Guerra Dos Seis Dias**. História do Mundo. Disponível em: <http://historiadomundo.com.br/amp/idade-contemporanea/guerra-dos-seis-dias.htm>. Acesso em: 10 fev 2021.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrise da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: Funag, 2005. p. 34

FRAZÃO, D. **YASSER ARAFT, biografia**. Disponível em: https://www.ebiografia.com/yasser_arafat/. Acesso em 20 jun 21.

IDF. **THE SINAI CAMPAIGN 1956**. Disponível em: <https://embassies.gov.il/MFA/AboutIsrael/Maps/Pages/The-Sinai-Campaign-1956.aspx>. Acesso em 20 de junho 2021

LEITE, A. J. S. **50 Anos Depois, a Guerra do Suez no Contexto das Guerras Israelo-Árabes**. Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, nº 117, 3ª Série, Lisboa, Versão 2007. Disponível em: < http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1219/1/NeD117_AbelJoseSantosLeite.pdf >. Acesso em: 20 jan 2021.

KOZEN, C. A. **Do Sionismo à Guerra do Yom Kippur – uma análise das quatro guerras Israelo-Árabe**. 2014. Monografia (Bacharelado) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2014. Disponível em <https://www.univates.br/bdu/bitstream/107>

37/754/1/2014 CarinadeAlmeidaKonzen.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

JOHN,R.St. **Gamal Abdel Nasser**. The Britannica Enciclopeadia. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Gamal-Abdel-Nasser>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MORENO, M. **A história de Israel – de 1948 até hoje**. 2017. Disponível em: <https://shemaysrael.com/a-historia-de-israel-de-1948-ate-hoje/>. Acesso em: 20 de jun 2021.

NUNES, J. R. (2016). **Os Princípios Fundamentais, o Planejamento das operações de paz e suas prespectivas face ao conflito moderno**. Fonte: Biblioteca do Exército. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/957/1/CIEE_VENDRAMIN.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

ONU. Disponível em: <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>. Acesso em 10 de maio de 2021.

OREN, M B. **Seis Dias de Guerra: Junho de 1967 e a formação do moderno Oriente Médio**. Tradução de Pedro Jorgenson Jr. Rio de Janeiro, 2. Ed. 2004.

SAVIAN, E. J. LACERDA, P. H. B. **O Conflito Árabe-Israelense**. Manual Escolar de História Militar Geral. Resende. Ed. 2009, p. 323-333.

SCALERCIO, Márcio. **O Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a viver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SILVA, Daniel Neves. **Guerras árabe-israelenses; Brasil Escola**. Disponível em:<http://br/guerras/guerras-arabe-israelenses.htm>. Acesso em 20 de junho de 2021.

VARGAS, Fernando. **GUERRA DOS SEIS DIAS, ULTIMOS ACONTECIMENTOS**. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/noticiasindex75.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

XAVIER, Júlio Ribeiro **A história do Batalhão Suez: ações, reações a articulações cotidianas na Faixa de Gaza (1957-1967)** / Júlio Ribeiro Xavier; Marcos César

Borges da Silveira, orientador. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

ZANATTA, J. **Em defesa da paz: a crise do canal e a participação do Batalhão Suez e seus contingentes gaúchos a serviço da ONU no Oriente Médio**. 2012. Monografia (Bacharelado) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://cc.bingj.com/cache.aspx?q=ZANATTA%2c+J.+Em+defesa+da+paz%za+a+crise+do+canal+e+a+participa%C3%A7%C3%A3o+do+Batalh%C3%A3o+Suez+e+seus+contingentes+ga%C3%BAchos+a+servi%C3%A7o+da+ONU+no+Oriente+M%C3%A9dio&d=4969492147955098&mkt=ptBR&setlang=ptT&w=YnaCeJ55vTT3WYKyC02pPuPnfrJyxAM>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ZOUAIN. Mapa geral de Gaza. 2003. Disponível em <http://www.batalhaosuez.com.br/batsuezEsclarecimentos18aCont.htm>. Acesso em 21 de julho de 2021.

APÊNDICE A

Termo de consentimento livre e esclarecido

Título: O Exército Brasileiro e o Conflito Árabe-Israelense: um estudo sobre a atuação do Batalhão Suez na Guerra dos seis dias

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo é realizar uma revisão histórica sobre a participação do Brasil como Força de Emergência das Nações Unidas no conflito entre Israel e Egito, vindo a eclodir posteriormente a Guerra dos Seis Dias.

. Esta pesquisa está sendo realizada pelo Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO.

Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: será feita uma entrevista abordando tópicos sobre os antecedentes da missão de paz, durante a missão, propriamente dita, e sobre o pós-missão.

Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa é sensação de algum desconforto ou de sintomas de ansiedade durante a entrevista.

Os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa são: valorização da história do Batalhão Suez, bem como de seus integrantes, acrescentar dados históricos sobre a participação do Exército Brasileiro em Missões de Paz e, além disso, você estará contribuindo para a compreensão do período estudado e para a produção de conhecimento científico.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá nenhum prejuízo.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Os dados coletados durante a pesquisa serão não confidenciais e serão gravados, para serem utilizados no estudo. Os resultados serão apresentados de forma conjunta, com a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome aparecerá na publicação dos resultados.

Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Cap Inf PIERRE Rodrigues de Freitas, pelo telefone 051 999554319.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma para o participante e outra para os pesquisadores.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador que aplicou o Termo

Local e Data: _____

APÊNDICE B

ENTREVISTA

01. Qual foi o contingente que o senhor participou na missão de paz UNEF I, no Canal de Suez?

R:

02. Como ocorreu o processo de seleção para a missão de Paz UNEF I, para o seu contingente? Qual foi a missão que lhe foi atribuída, inicialmente?

R:

03. Como foi a preparação pessoal e militar para a Missão de Paz UNEF I?

R:

04. Como se deu a ida para o Egito?

R:

05. Como foi a recepção dos habitantes locais com o seu contingente?

R:

06. Como estava sendo cumprida a missão de Paz?

R:

07. Onde se localizava a sua Base Militar? Existiam outras Bases militares?

R:

08. Como era o dia-a-dia nesta missão? R:

R:

09. O senhor tomou ciência que Israel poderia realizar uma Operação Ofensiva contra o Egito? O senhor tem conhecimento se alguma autoridade local solicitou a retirada das tropas da ONU, que se encontravam em missão de paz, especialmente cumprindo a UNEF I ?

R:

10. Durante este período, em que começou-se a surgir maiores atritos entre o Egito e Israel, o seu contingente ainda estava cumprindo da Missão UNEF I ?

R:

11. Na sua visão, vocês estavam preparados para atuarem contra uma ofensiva contra

Israel ou Egito?

R:

12. Como que o senhor ficou sabendo que Israel teria começado um ataque ao Egito?

R:

13. Na sua visão, como foi este Ataque realizado pelas tropas israelenses?

R:

14. Durante o ataque de Israel sobre o Egito, qual e como foi a participação do Batalhão Suez neste conflito armado? Houve algum falecimento?

R:

15. Quando e como foi o realizado o retorno ao território brasileiro, do seu contingente?

R:

16. Na sua visão, como foi a recepção do Brasil aos integrantes do seu contingente?

R: